

UIARA CRISTINA VIANA DANELUTTI

**ESPAÇO MENINAS: POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA
AS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO – UNIBAN BRASIL

São Paulo – SP

2010

UIARA CRISTINA VIANA DANELUTTI

**ESPAÇO MENINAS: POR UMA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA PARA
AS ADOLESCENTES EM CONFLITO COM A LEI**

Trabalho produzido como exigência para a obtenção do título de especialista do curso Adolescente em conflito com a lei – práticas profissionais, da Universidade Bandeirante de São Paulo.

Orientador (a): Profa. Dra. Neusa Francisca de Jesus

UNIVERSIDADE BANDEIRANTE DE SÃO PAULO – UNIBAN BRASIL

São Paulo – SP

2010

Eles recordam tua beleza quanto te sentes feio;
tua totalidade quando estás quebrado;
tua inocência quando te sentes culpado;
e teu propósito quando estás confuso.

Tolba Phanem

AGRADECIMENTOS

À minha família estimada, Valdir, Lúcia, Sara, Ricardo, Thiago, Maria Eduarda e a você Dirceu, pela compreensão dos momentos de ausência para que eu pudesse me dedicar aos estudos e por entenderem minhas escolhas referentes ao desejo pelo estudo.

Aos amigos e companheiros Juliana, Luiz e Silmara, que puderam compartilhar momentos de estudos e que contribuíram para minhas reflexões acerca deste trabalho.

Ao amigo Alexandre, pela disponibilidade e contribuições no trabalho.

Aos amigos do COMEC pela amizade e companheirismo, e pelas contribuições nas reflexões acerca da produção deste trabalho.

À amiga Maressa pelos momentos de escuta.

À minha orientadora Profa. Neusa pela dedicação e orientação a mim empregadas.

RESUMO

O atendimento às adolescentes em conflito com a lei tem se mostrado com grandes desafios para as instituições que executam este serviço no Brasil. Além disso, a ausência de dados referentes à eficácia, a eficiência e efetividade na execução das medidas em meio aberto acirram os desafios deste trabalho por dificultarem suas reflexões. Por isso, este estudo se deteve a analisar os processos de trabalho na atuação às adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida de Liberdade Assistida na Instituição COMEC no município de Campinas, identificando os aspectos que estão de acordo com o SINASE (2006) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Para tal, a metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, identificando a revisão da literatura e a pesquisa documental, mediadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE-2006) e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistencias (2009), análise e interpretação sistemática dos dados e elaboração do relatório. Verificou-se que o serviço atende a maioria das determinações dos documentos citados, porém correções estruturais da infra-estrutura do COMEC são necessárias. Verificou-se ainda que os serviços de atendimento as adolescentes do município são escassos o que dificulta contemplar muitas das necessidades das mesmas.

Palavras-chave: adolescentes, gênero, liberdade assistida, programa socioeducativo.

ABSTRACT

Assistance for adolescents in conflict with the law has been a great challenge for institutions that perform this service in Brazil. Moreover, the lack of data concerning the effectiveness and efficiency in the execution of social programs in the open environment agitates the challenges of this work by obstructing their reflections. Therefore, this study focused in analyzing the work procedures with adolescents in conflict with the law, who are attended by the Assisted Freedom Program in the organization COMEC, located in Campinas, identifying the aspects that are consistent with the Sinase (2006) and The National Grading of Social Care Services (2009). Following this proposal, the methodology used was bibliography research, identifying the literature review and documentary research, mediated by the National Social Educative System (Sinase-2006) and The National Grading of Social Care Services (2009), the data analysis and the systematic interpretation and the report preparation. It was noticed that the service meets most of the determinations of the documents pointed here, but is necessary structural fixes on the infrastructure in COMEC. It was also noticed that care services to adolescents in the city are scarce making it difficult to contemplate many of their needs.

Keywords: adolescents, gender, Assisted Freedom, Social Educative Program.

LISTA DE ABREVIATURAS

LA	Liberdade Assistida
COMEC	Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas
SINASE	Sistema Nacional de Atendimento Sócioeducativo
PSC	Prestação de Serviço à Comunidade
ONG	Organização não governamental
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
PUCC	Pontifícia Universidade Católica de Campinas
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
VIJ	Vara da Infância e Juventude
AP	Aprendizagem Profissional
PIA	Plano Individual de Atendimento
CMDCA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
CMAS	Conselho Municipal da Assistência Social
EIC	Espaço de Informação para a Cidadania
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
FEBEM	Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor
CDI Campinas	Comitê para Democratização da Informática de Campinas
CMSE	Conselho de Medidas Socioeducativas
SESI	Serviço Social da Indústria
CRAISA	Centro de Referência de Atenção Integral à Saúde do Adolescente
CAPs AD	Centro de Atenção Psicossocial: Álcool e Drogas
CRAMI	Centro de Regional de Atenção aos Maus Tratos da Infância
OSSJB	Obra Social São João Bosco
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UNIBAN	Universidade Bandeirante de São Paulo
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializada em Assistência Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - REPRESENTAÇÃO DO SISTEMA DE ENCAMINHAMENTO DE ADOLESCENTES ATORES DE ATO INFRACIONAL	22
FIGURA 2 - REPRESENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO COMEC	26
FIGURA 3 - GRÁFICO DA REPRESENTATIVIDADE DOS PARCEIROS ENVOLVIDOS NO REPASSE DE VERBAS À INSTITUIÇÃO EM 2009.....	29
FIGURA 4 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO, DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS NO COMEC EM 2009.....	31
FIGURA 5 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE ADOLESCENTES POR ANO DE NASCIMENTO.....	32
FIGURA 6 - GRÁFICO DA SITUAÇÃO ESCOLAR DOS ADOLESCENTES EM 2009 NO COMEC.....	32
FIGURA 7 - TABELA SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DE ESCOLARIDADE DOS ADOLESCENTES EM MEDIDA DE LA NO COMEC	33
FIGURA 8 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE ADOLESCENTES DO COMEC EM SUA SITUAÇÃO TRABALHISTA EM 2009	33
FIGURA 9 - TABELA DA DISTRIBUIÇÃO DE ADOLESCENTES POR MOTIVO DE ENTRADA NO SERVIÇO	34
FIGURA 10 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO, POR SEXO, DA INSERÇÃO ESCOLAR DE ADOLESCENTES DO PROGRAMA DE LA NO COMEC EM 2010..	44
FIGURA 11 - GRÁFICO DA DISTRIBUIÇÃO DE ADOLESCENTES INSERIDOS NO PROGRAMA DE LA DE ACORDO COM OS ANOS	46
FIGURA 12 - TABELA DE MOTIVOS DE ENCAMINHAMENTO DAS ADOLESCENTES À LA NO COMEC.....	46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PROGRAMA	16
1.1 HISTÓRICO E NECESSIDADES DE ATENDIMENTO	16
1.2 O ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SERVIÇO DE LA: OBJETIVO E METODOLOGIA	21
1.3 O COMEC E A REDE LOCAL: PARCERIAS E ARTICULAÇÃO	28
1.4 PERFIL DOS ADOLESCENTES ATENDIDOS EM 2009	31
2. CAPÍTULO II - ADOLESCÊNCIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS	36
2.1 CONCEPÇÃO E PROCESSOS DA ADOLESCÊNCIA	36
2.2 O ATO INFRACIONAL E O SIGNIFICADO DAS MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS NA ATENÇÃO AOS ADOLESCENTES AUTORES DE ATO INFRACIONAL	48
3. CAPÍTULO III - O PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO	54
3.1 OBJETIVOS DO ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO NO PROGRAMA DE LA DO COMEC	54
3.2 PROCESSOS E METODOLOGIA DE TRABALHO	57
3.2.1 ACOLHIMENTO E INSERÇÃO DAS ADOLESCENTES NO PROGRAMA	57
3.2.2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS DO ATENDIMENTO	59
3.2.3 A REDE SOCIAL	71
3.3 ASPECTOS ESTRUTURAIS BÁSICOS DO ATENDIMENTO	72
4. CONSIDERAÇÕES	78
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	82

INTRODUÇÃO

A atenção a milhares de adolescentes em conflito com a lei, sobretudo do sexo feminino, ainda se coloca como grande desafio para as instituições que atuam diretamente com esse segmento social no Brasil. Pode-se dizer que avançamos na compreensão do problema e de sua gravidade. Sem dúvida, podemos afirmar que os diagnósticos de estudiosos, organizações não-governamentais de direitos humanos, nacionais e estrangeiras, conselhos profissionais, instituições diversas e mesmo do próprio governo já descreveram e analisaram em que base se dá os serviços prestados a essa população, mesmo nas medidas socioeducativas em meio aberto (UNICEF 2006; e OAB, 2006). Embora os inúmeros debates e diagnósticos sobre a questão, pouco se sabe da eficácia das medidas socioeducativas tanto as de internação, como as executadas em meio aberto, em sua maioria executadas por organizações não-governamentais.

A ausência de dados referentes à eficácia, a eficiência e efetividade na execução das medidas em meio aberto, nomeadamente Liberdade Assistida (LA), nos motivou a desenvolver este estudo que tem como objetivo principal analisar os serviços e processos desenvolvidos pelo “Espaço Meninas” do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) na atuação às adolescentes em conflito com a lei, identificando se as características deste serviço caminham na direção da garantia dos direitos e do protagonismo das adolescentes, tendo como referencial o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativos (2006) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

As adolescentes submetidas a alguma medida socioeducativa fazem parte de uma pequena minoria no universo brasileiro. No ano de 2006, esse número era de pouco mais de três mil adolescentes do sexo feminino, em um universo de mais de 40 mil adolescentes do sexo masculino, de acordo com pesquisa feita pelo Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção e Tratamento do Delinqüente (Ilanud). Dados mais recentes dão conta apenas das adolescentes em medidas privativas de liberdade: em 2008, elas não chegavam a mil cumprindo medida em meio fechado, num total de mais de 16 mil, segundo relatório da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (Promenino, 2008)

Dos adolescentes em conflito com a lei que cumprem medida socioeducativa em meio aberto de LA nas capitais brasileiras, o Sul do País possui pouco mais de mil jovens e o Norte aparece com 1.452. Em seguida, estão o Centro-Oeste, com 2.575 adolescentes, e o Nordeste, com um total de 2.866 autores de ato infracional em liberdade assistida. O Sudeste é o que

possui mais adolescentes cumprindo esta medida, com pouco mais de cinco mil pessoas. Somando-se todas as regiões do Brasil, existem, portanto, 13.114 adolescentes em liberdade assistida. O sexo masculino é predominante entre os adolescentes que cumprem a medida de Liberdade Assistida, com 94%. Isso ocorre devido a fatores relacionados à educação, cultura e o papel que homens e mulheres desempenham na sociedade (Promenino, 2008).

Em números, as meninas que cometem atos infracionais em geral incidem em condenações mais brandas que as dos meninos: mais de 80% delas cumpriam, em 2006, medidas de Liberdade Assistida (LA) e/ou Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), e menos de 8% estavam em medida de Internação, a mais grave entre as medidas socioeducativas. Para os meninos, esse índice é o dobro: mais de 16%, na mesma época, cumpriam medida de Internação.

Como os meninos, elas também praticam mais atos contra o patrimônio (46% delas), como roubo e furto. Para os meninos, a proporção é de 64%. Em segundo lugar, no entanto, elas se envolvem mais com delitos relacionados a agressão a pessoa e os costumes (agressão física e crimes relacionados à intimidade). São 24,7% delas, contra 12,6% deles. Proporcionalmente, elas também se envolvem mais que eles com atos ligados a tráfico de entorpecentes. Mais de 16% do total das meninas em Medida Socioeducativa são sentenciadas por esse tipo de atividade, enquanto entre os meninos a porcentagem está abaixo dos 13%.

O sexismo é também e muito presente no contexto das medidas. Há uma cultura de que quando uma menina chega a infracionar, isso significa que vai ser mais difícil lidar com ela. Para alguns estudiosos, a resposta é a de que para chegar a cometer um ato desses, ela tem que romper com diversos paradigmas que são muito fortes para a mulher: ela tem que contornar questões que não são ligadas à feminilidade, como a exposição, a violência verbal e a própria violência física (VIEIRA, 2006). Para ela, é um desafio lidar com esse fenômeno.

Vejamos o que nos diz um destes estudiosos:

...nós inserimos as participantes em programas de acompanhamento na escola, em cursos profissionalizantes e promovemos sua inserção na rede, mas envolvê-las e criar vínculo, fazer com que criem confiança no educador, é outro desafio. Elas são mais arredias (VIEIRA, 2006. pág. 23).

Nas instituições há uma escolha deliberada pela preferência em atuar com adolescentes do sexo masculino e menos com as adolescentes. Entretanto, a questão referente ao gênero e ao sexismo, ainda que muito importante, não é basilar da atenção precária a essa

população, mas sim, e antes de tudo, o não reconhecimento dos direitos desta população. Pois se assim o fosse, os serviços voltados aos adolescentes do sexo masculino já teriam avançado na sua qualidade.

A comunidade internacional, mediante cinco instrumentos jurídicos, reconheceu a situação especial das crianças e adolescentes que se deparam com a lei como autores de ato infracional e estabeleceu que, em razão de tais circunstâncias, medidas especiais para a prevenção da prática infracional do adolescente devem ser tomadas com objetivo de retirar as crianças e adolescentes do sistema de justiça penal e redirecioná-los à comunidade. Ao mesmo tempo, a partir do final dos anos 1970, surgem discussões sobre uma nova visão da infanto-adolescência, na qual esta é percebida como sujeito de direito e não mais como objeto de compaixão.

São quatro os principais documentos de referência nesse sentido: Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude – Regras de Beijing (1985); Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1989); Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil – Diretrizes de Riad (1990); e Regras das Nações Unidas para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1990). Embora não seja a primeira cronologicamente, a convenção, como documento geral, foi o marco da *doutrina da proteção integral* e é, atualmente, o documento sobre direitos humanos mais ratificados pelas nações.

Para Mendez (1994), as principais inovações nessa nova doutrina são: (a) evolução da infância-adolescência como objeto da compaixão/repressão a sujeito pleno de direitos; (b) previsão de segregações e privações somente por atos considerados delitos, tal como seriam se praticados por um adulto; (c) uso restrito da privação da liberdade (em última instância, em caráter excepcional e com mínima duração), com tendência à sua abolição; e (d) não-totalidade institucional.

Analisar o universo feminino no contexto socioeducativo tem sido pouco explorado em pesquisas que envolvem o tema adolescência em conflito com a lei. As diferenças de gênero, apesar de permearem muitas discussões acadêmicas, mostram-se escassas no debate da adolescência envolvida ao universo infracional e às medidas socioeducativas previstas no Capítulo IV do Estatuto da Criança e do Adolescente, iniciando pelo artigo 112. Essa defasagem de publicações pode estar relacionada ao menor número de adolescentes atendidas na medida de LA quando comparado aos adolescentes do sexo masculino.

Por isso, estudar o atendimento das adolescentes em medida socioeducativa mostra-se relevante para a atualidade, em que poucos trabalhos discutem esta questão. Contudo, a motivação neste tema vem da experiência profissional da autora com as adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de LA e o dia-a-dia deste trabalho, as implicações e questionamentos constantes. Compreender as diferenças de necessidades relacionados a vida social, afetiva, profissional, dentre outros, que as adolescentes em conflito com a lei trazem mostra-se essencial para o desenvolvimento de um trabalho que as atinjam de modo eficaz e/ou de qualidade.

Outros dois fatos que reforçaram a execução deste estudo foram a municipalização da medida de LA no município de Campinas em 2010 e a publicação da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais em 2009, que provocou a necessidade de buscar alguns ajustes neste serviço realizado nesta Instituição. A importância da execução deste trabalho também se dá para a área dos sistemas de garantias de direitos, na medida em que verifica quais e como estão sendo executados os direitos, e se estão respondendo às determinações previstas na legislação. Além disso, este trabalho poderá trazer considerações relevantes para a atuação com as adolescentes em conflito com a lei, no que se refere à adequação das ações previstas em leis.

Assim, este estudo tem a finalidade de trazer elementos que embasam as discussões na equipe profissional e para o COMEC, relacionado ao trabalho que já vem sendo realizado e que terá continuidade no atendimento às adolescentes em medida de LA.

Por isso, o objetivo do estudo consistiu em analisar os processos de trabalho na atuação às adolescentes em conflito com a lei, identificando os aspectos que sintonizam com o SINASE (2006) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009). Para isso, foi necessário analisar os aspectos estruturais básicos de infra-estrutura para atendimentos às adolescentes no Espaço Meninas, a metodologia e os objetivos do trabalho, a adesão das adolescentes no serviço, dentre outros, identificando se estão de acordo com o proposto pelos documentos citados acima. Além disso, cabe destacar a importância de verificar se o trabalho desenvolvido com as adolescentes contribui para o empoderamento e autonomia destas no desenvolvimento de sua cidadania, já que também é uma determinação destes documentos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, baseado na doutrina da proteção integral, assegura às crianças e adolescentes tais direitos. No caso de cometimento de ato infracional, estão destinadas medidas de caráter socioeducativo e também protetivas, sem deixar de responsabilizar os adolescentes. Contudo, o que está colocado como imperativo da Lei

demora a mudar as práticas repressivas históricas introjetadas por considerável parte do corpo social. A questão do jovem em conflito com a Lei e do sistema socioeducativo é o coração do conflito entre a doutrina de proteção e os restos da doutrina de situação irregular, vinda dos antigos paradigmas dos códigos de menores (ZAMORA, 2004).

Apesar de estarmos em pleno século XXI e com a instituição do Estatuto da Criança e do Adolescente, que entre outros benefícios, concede às crianças e aos adolescentes direitos e garantias fundamentais para essa fase da vida, eles, ainda, sofrem por exclusão social, falta de dignidade e por omissões.

Configurou-se como a escolha metodológica mais apropriada, para atingir os objetivos propostos, técnicas e procedimentos de pesquisa, contempladas em três fases, assim delimitadas: a) fase exploratória: revisão de literatura; b) fase de coleta de dados, em que se incluiu a pesquisa documental, mediadas pelo Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE-2006) e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009); c) fase de análise e interpretação sistemática dos dados e elaboração do relatório. A utilização da proposta do SINASE e da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como instrumento de coleta de dados, ofereceu um leque de indicadores para a análise do desenvolvimento, desempenho e resultado das ações voltadas às adolescentes em medidas socioeducativas de LA. Foram analisadas as categorias: a) objetivos do trabalho; b) processos e metodologia do trabalho, enfocando o acolhimento, a inserção da adolescente no Programa, os elementos constitutivos do atendimento e a rede social pela qual as adolescentes circulam; c) aspectos estruturais básicos do atendimento.

Cada uma delas possui indicadores específicos, que permitiram o mapeamento do programa em várias dimensões. O processo investigativo foi desenvolvido através de diversificadas etapas. Como subsídio para a fundamentação teórica incluem-se o levantamento bibliográfico e o estudo de textos associados às categorias básicas: o processo de socialização, a L.A. e o adolescente, em especial aquele que se encontra em conflito com a lei. Foi efetivado aprofundado estudo do SINASE, particularmente o teor concernente a direitos e deveres, ato infracional, medidas sócio-educativas, L.A.

Para a realização deste estudo, percebeu-se grande dificuldade em encontrar na literatura documentos referente à abordagem das adolescentes em conflito com a lei, assim como em cumprimento de medida de LA.

O resultado esperado é identificar elementos do trabalho desenvolvido no atendimento das adolescentes em LA no COMEC, verificando que aspectos estão de acordo com o

determinado no SINASE (2006) e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) e quais não regem, para que possa auxiliar esta Instituição a se ajustar às especificações propostas pelos dois documentos citados acima, assim como na melhora da qualidade do serviço oferecido.

O texto elaborado neste estudo optou por trazer no capítulo I aspectos referentes à contextualização institucional do COMEC e do programa de Liberdade Assistida, abordando o histórico institucional e necessidades de atendimento, o objetivo e a metodologia do atendimento aos usuários, o perfil dos seus funcionários, as parecerias e articulações estabelecidas entre a rede local e o COMEC, e o perfil dos adolescentes atendidos nesta Instituição.

No capítulo II, apresenta-se uma abordagem dos conceitos da adolescência e seu processo, trazendo aspectos práticos da atuação profissional da autora nesta área, refletindo-se acerca do universo infracional, das medidas socioeducativas com enfoque na LA, e discutindo-se sobre algumas especificidades da adolescência feminina no Brasil, retratando o perfil da adolescente que cumpre medida de LA no COMEC.

No capítulo III são apresentados a análise dos dados da pesquisa bibliográfica e documental, no que se refere às ações desenvolvidas pelo COMEC para as adolescentes, ao envolvimento destas na educação escolar, na profissionalização, na saúde, esportes, cultura e lazer, assistência jurídica, atendimento à família e comunidade e apoio ao egresso, e ao ambiente físico da Instituição.

Nas considerações, apresentam-se uma síntese dos resultados e os subsídios fornecidos pela pesquisa para a elaboração e a alteração de ações voltadas para as adolescentes em conflito com a lei no COMEC. Dentre elas estão a necessidade de adequação do ambiente físico do COMEC em alguns aspectos para melhor recepcionar as adolescentes atendidas, a ausência de atendimentos na rede social de Campinas para o atendimento em internação para tratamento de dependência química às adolescentes. Isso nos mostra que a articulação para o atendimento às adolescentes no município de Campinas deve ser intensificada pelos atores do atendimento às adolescentes.

O resultado será apresentado em reunião para a equipe de LA e para o COMEC com o intuito de serem discutidos elementos que possam melhorar a atenção as adolescentes em conflito com a lei no COMEC e no município de Campinas.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO INSTITUCIONAL E DO PROGRAMA

Este capítulo descreve os aspectos históricos sobre o Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas (COMEC) no município de Campinas – São Paulo, enfocando o Programa de Liberdade Assistida (LA) que atende adolescentes em conflito com a lei, de ambos os sexos, em cumprimento de medidas socioeducativas. Para tal, verificou-se a importância de relatar entre outros aspectos, seu surgimento e processo histórico, sua inserção na rede social e política, sua dinâmica institucional, a abordagem e os serviços de atenção aos adolescentes e as atividades sócio-pedagógicas inerentes ao processo de socioeducação.

1.1. Histórico e necessidades de atendimento

Decorridos 20 anos de aprovação da Lei 8069/90, ainda se faz intenso, em todo o país, o desafio de reordenamento da atenção prestada ao adolescente com medida socioeducativa¹, seja ela em regime restritivo de liberdade ou em meio aberto, dirigido ao adolescente de ambos os sexos. Neste sentido, tornou-se instigante verificar os esforços do COMEC, à luz dos direitos e das garantias previstas no ordenamento jurídico brasileiro, normativa internacional, Constituição Federal e Estatuto da Criança e do Adolescente.

Esta iniciativa de analisar os serviços prestados pelo “Espaço Meninas” vinculado ao COMEC dirigida às adolescentes em medida socioeducativa de LA, responde de certa forma a um momento institucional que é o de repensar sua prática e sua lógica de funcionamento, evitando um distanciamento entre processos de avaliação e as práticas dos sujeitos.

A complexidade da realidade vivida nas instituições que atuam com os adolescentes em conflito com a lei aumenta em decorrência do próprio conteúdo do objeto em questão. Neste sentido, o empenho para analisar aspectos teóricos importantes, correlacionando-os com a experiência vivida e de sistematizar uma prática de socioeducação pautada numa ética, pode ser um organizador qualificado para se repensar e aperfeiçoar o projeto de

¹ As medidas socioeducativas constituem parte do sistema de responsabilização jurídica especial – que apresenta perspectivas diferenciadas do sistema criminal adulto fundamentado na ideia de pena –, aplicadas aos adolescentes sobre os quais se verificou a prática de ato infracional. Nelas estão presentes dois elementos que traduzem a sua finalidade: defesa social e intervenção educativa. Isto significa dizer que, as medidas socioeducativas possuem uma natureza sócio-pedagógica condicionada à garantia de direitos fundamentais e ao desenvolvimento de ações que visem à formação para o exercício da cidadania.

socioeducação no Espaço Meninas e se refletir sobre a qualidade da ação realizada, sendo desejável a instalação de uma cultura de avaliação de caráter participativo e emancipador.

O COMEC é uma organização não governamental (ONG) sem fins lucrativos, de utilidade pública Municipal, Estadual e Federal, que desenvolve o Programa de LA há 30 anos, a partir de sua criação. Sua fundação foi realizada em 1980 pelo Juiz de Direito Dr. Rubens de Andrade Noronha e pelo Promotor de Justiça Dr. Hermano Roberto Santamaría, que na época, representavam os cargos de Juiz e Curador de Menores, respectivamente. Ambos coordenaram um grupo de pessoas preocupadas com a questão do adolescente autor de ato infracional na cidade de Campinas.

Esse grupo possuía representantes de vários segmentos da sociedade: Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC), Secretaria da Promoção Social do Município e do Estado, Secretaria da Saúde e de Educação, além de pessoas que manifestavam interesse em encontrar uma alternativa viável para o acompanhamento, em meio aberto, dos adolescentes que cometiam pequenos delitos (documento interno - Prêmio Sócio Educando, 2008).

À época, sob a legislação do Código de Menores, muitas crianças e adolescentes chegavam ao Judiciário por infrações simples, pequenos delitos e por apresentarem comportamento considerado inadequado no universo escolar (documento interno - Prêmio Sócio Educando, 2008). Verificava-se, neste início, a ausência de critérios específicos para o encaminhamento às medidas e a instituição atendia, por exemplo, adolescentes usuários de substâncias psicoativas, ou com problemas escolares, sem estarem vinculados ao ato infracional.

Antes da implantação do COMEC os serviços aos adolescentes em conflito com a lei, em Campinas, eram realizados através de duas alternativas: os adolescentes possuíam a obrigatoriedade de comparecer semanalmente para receberem um carimbo em um documento fornecido pelo Juiz, que era realizado pelos “Comissários de Menores”; ou eram encaminhados ao cumprimento de medida de internação na Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor (FEBEM), na cidade de São Paulo (documento interno - Prêmio Sócio Educando, 2008).

A ausência de um serviço que atendesse de fato esses adolescentes mostrava-se alarmante. Além disso, verificava-se um aumento da violência no município, percebendo-se que a cidade necessitava de um espaço para que o adolescente pudesse ser atendido de forma especializada, sem romper os vínculos com a sua família e comunidade.

Esse serviço pioneiro de atendimento ao adolescente em conflito com a lei e sua família apresentou como primeiro nome Centro de Orientação ao Menor Infrator (COMI). Entretanto, em 1983 foi alterado para Centro de Orientação ao Menor de Campinas (COMEC), devido a conotação estigmatizante que o nome carregava. A atualização do nome da instituição para Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas, mantendo a sigla COMEC como nome fantasia, decorreu a partir das considerações do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com o intuito de adequar, mais uma vez, aos princípios éticos ao atendimento do adolescente (documento interno - Prêmio Sócio Educando, 2008).

Os adolescentes e famílias eram atendidos individualmente pelo serviço social e pela psicologia. Essas duas profissões atuavam de modo individualizado e não interdisciplinar. Cada área profissional possuía sua sala de atendimento e os adolescentes e famílias eram encaminhados às salas conforme a área profissional que os iria atender. O atendimento à família teve início nos primeiros momentos do trabalho, acreditando que o acompanhamento familiar era essencial à qualidade de atendimento do adolescente. Pelo serviço social as famílias eram atendidas por meio de entrevistas domiciliares, encaminhamentos para programas de benefícios, dentre outros. A abordagem às famílias era discutida nas reuniões de equipe.

O atendimento apresentava um modelo clínico: eram realizados testes psicológicos com os adolescentes e, a partir daí, eram enviados laudos para o Juiz, acerca do diagnóstico do adolescente. As discussões entre os profissionais da equipe por muito tempo tiveram a presença de um psiquiatra da UNICAMP. A equipe era reduzida e o espaço físico precário.

Em 1993, estagiários de terapia ocupacional da PUCC, a partir de convênio estabelecido, passaram a realizar oficinas de atividades com os adolescentes (documento interno - Relatório anual, 1999). Havia a preocupação em oferecer atividades de interesse dos adolescentes. Contudo, as atividades eram simples, como atividades de desenho, por exemplo, que dependiam de recursos financeiros disponíveis nesta Instituição.

Com o tempo e com a evolução das reflexões e questionamentos acerca da atuação com esse segmento social e dos modelos de atendimento, o COMEC passou a inserir a abordagem grupal na sua atuação com os adolescentes e suas famílias. Estes questionamentos acompanharam toda a construção do COMEC e a formação de suas equipes. A construção de uma experiência sem modelos, porém a partir de uma necessidade premente vindos dos desafios para o fenômeno da adolescência, representou um marco histórico na comunidade, e

a rede de apoio foi consolidando-se em benefício desses jovens (documento interno - Prêmio Sócio Educando, 2008).

A rede social local era pequena para as grandes demandas e necessidades dos adolescentes em conflito com a lei. A rede pública de saúde sempre foi mais organizada e estruturada, graças ao seu orçamento previsto em lei, no sentido de oferecer atendimentos à população no geral, ou seja, também aos adolescentes. Entretanto, os atendimentos relacionados a área da assistência social eram insuficientes.

Essa rede social passou a abranger, com o passar do tempo, um número maior de demandas sociais desta clientela. Entretanto, ainda nos dias atuais, muitos desafios são encontrados, principalmente no que se refere aos serviços dos adolescentes dependentes químicos que precisam de internação, adolescentes em situação de rua e inserção escolar para os adolescentes em medida em meio aberto.

Muitos objetivos da Fundação do COMEC se misturaram com os princípios da LA, que foram confirmados com o ECA, tornando-se uma referência para outros municípios. O COMEC esteve presente nas discussões acerca da elaboração do ECA e este legitimou o que já vinha sendo realizado pela instituição, dando visibilidade ao trabalho.

Nos primeiros anos de trabalhos do COMEC, os funcionários desta eram cedidos pela antiga Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM, sendo sete técnicos e dois trabalhadores administrativos. Com o tempo, os trabalhadores que se desligavam do cargo de funcionários não eram repostos por aquela Fundação, restando apenas duas técnicas que continuam com atividades na Instituição até os dias atuais. (documento interno – histórico FEBEM-COMEC). A partir do ano de 2000, a FEBEM passou a repassar a verba para a instituição, para que esta contratasse e efetivasse o pagamento dos funcionários.

A verba para realização da LA vinha do Estado e a esfera municipal não contribuía com subsídios para a Instituição. Contudo, a partir da organização da Secretaria da Assistência Social, passou, então, a contribuir com alguns recursos (por exemplo: um equipamento físico, como uma das casas na qual se encontra o COMEC) que foram sendo ampliados e, a partir de janeiro de 2010, a Medida de LA em Campinas passou a ser municipalizada, ou seja, a responsabilização de coordenação e repasse de verbas passou a ser exclusivamente do município.

As atividades desenvolvidas pelo COMEC mostraram, desde sua criação, um cunho inovador, também por seu início, tendo sido pioneiro e criado para atender uma demanda de modo diferencial. Isso trouxe uma cultura para a instituição voltada à valorização da

capacitação continuada dos funcionários, permitindo a formação de um quadro estável. Também por isso, há um histórico de respeito à autonomia do trabalho desenvolvido pelos técnicos por parte da VIJ, que se coloca acessível às discussões acerca dos adolescentes.

A Instituição sempre teve um reconhecimento no município de seriedade e qualidade de trabalho, que se deve dentre outras coisas, a presença da equipe de profissionais nas reuniões com a rede social do município desde sua fundação, a disponibilidade em receber outros serviços da rede em sua sede, convênios com faculdades para a execução de estágios ou trabalhos diferenciados e comprometidos.

O desenvolvimento do trabalho no COMEC adotou como parte da metodologia atividades que envolvessem o desejo dos adolescentes em participar, assim como ainda é atualmente. Desde a atividade de marcenaria que foi realizada como curso profissionalizante por quase seis anos no passado da Instituição, hoje o adolescente realiza o grafite, ambas as atividades por escolha pessoal. Há uma preocupação e uma cultura de o COMEC buscar compreender a problemática do adolescente, ou seja, acolhê-lo em suas demandas, perceber seus desejos e necessidades e tentar abranger esses tópicos no desenvolvimento do trabalho. Portanto, na medida do possível diante das limitações espaciais e financeiras, busca-se desenvolver e oferecer atividades de desejo e interesse dos adolescentes.

Até 1998 o COMEC era a única instituição a executar a LA em Campinas, porém o aumento drástico no número de atendidos fez com que esta Instituição lutasse para delimitar o número de adolescentes a serem atendidos, totalizando 160 adolescentes/mês, com o intuito de preservar a qualidade nos atendimentos. Isto fez com que outras instituições de Campinas começassem a assumir também os serviços de LA como o Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos da Infância (CRAMI) e a Obra Social São João Bosco (OSSJB). Atualmente são apenas duas prestadoras deste serviço: o COMEC e a Obra Social São João Bosco.

Os serviços de LA no COMEC, antes realizados em apenas um equipamento, expandiram-se e hoje conta com mais dois espaços físicos. Os outros dois programas do COMEC (Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e o Programa Aprendizagem Profissional – AP) funcionam em outros equipamentos desta Instituição. Configurando-se, desta forma, três espaços institucionais. Todas elas situam-se na região sul e estão em constante comunicação em seu trabalho. Um adolescente pode transitar pelos três programas, porém pelo PSC e LA apenas por determinação judicial e pelo AP após processo seletivo que atende adolescentes de 15 a 21 anos. O PSC está em seu terceiro ano de atuação no COMEC, o AP está em seu vigésimo e a LA completa 30 anos em 2010.

De modo geral, os princípios que orientam a prática do COMEC sempre estiveram voltados à busca por qualidade no atendimento ao adolescente e sua família, de modo a responder aos propostos pela Constituição de 1988, assim como no Artigo 3º, a busca pela garantia dos direitos civis, de uma sociedade livre, justa e solidária e pela redução das desigualdades sociais, de modo a promover o bem estar dos indivíduos.

Assim, a história do COMEC é marcada por desafios e pela determinação da construção de um serviço que atendesse adolescentes autores de ato infracional e suas famílias, de acordo com o determinado na Constituição Federal de 1988 e também no ECA.

1.2. O atendimento dos usuários do serviço de LA: objetivo e metodologia

O objetivo do trabalho do COMEC, de modo geral, parecem ter sido mantidos por anos, o que pode ser percebido através do estabelecido nos relatórios anuais de 1999 e 2009, respectivamente:

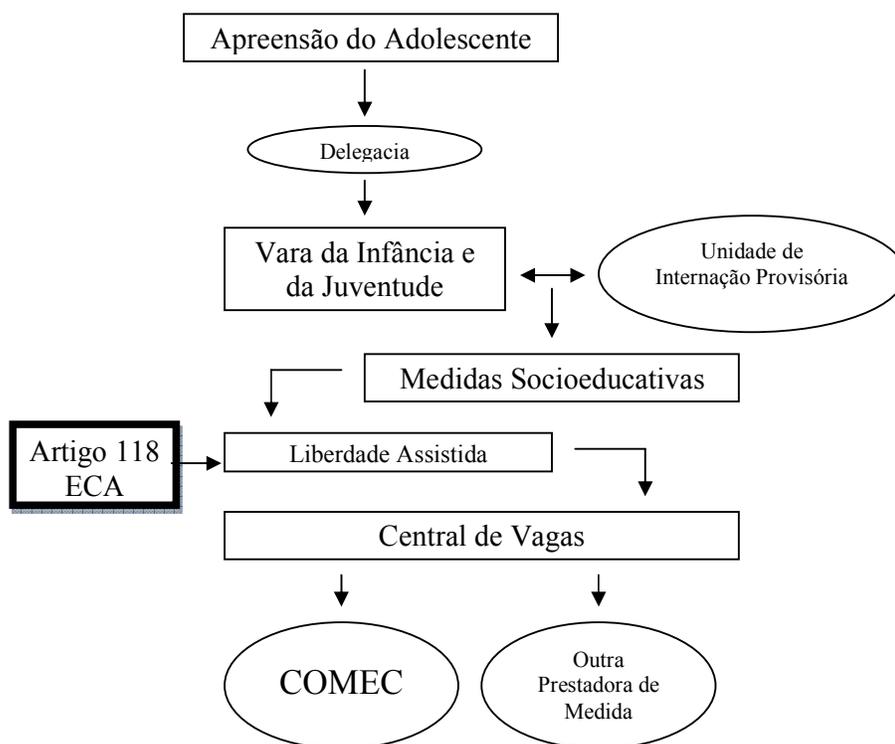
Sua finalidade é proporcionar atendimento aos adolescentes de até 18 anos de idade, nas situações previstas no artigo 90 incisos I, II e V e nos artigos 118 e 119 do Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como desenvolver programas visando a prevenção da delinquência juvenil e a promoção social do adolescente e de sua família, em regime aberto (Documento interno - Relatório anual do COMEC, 1999).

“Atender adolescentes e seu grupo familiar através de projetos educativos e culturais específicos em uma perspectiva de desenvolvimento pessoal e social, promovendo a construção da cidadania” (Documento interno - Relatório anual do COMEC, 2009).

Contudo, verifica-se uma visão tradicional no primeiro objetivo indicado, onde há um enfoque à legislação, mostrando ainda haver necessidade de apontá-la. Além disso, citam a delinquência juvenil e apontam buscar a promoção social. No objetivo apontado de 2009, há um enfoque maior para as ações a serem praticadas nos atendimentos e amplia-se o fato de buscarem além do desenvolvimento social, o pessoal, promovendo a construção da cidadania. Ambos citam a família como parte do atendimento ao adolescente.

A dinâmica de atendimento dos adolescentes autores de ato infracional decorre-se, conforme modelo de ilustração na figura 1, a seguir:

Figura 1 – Representação do Sistema de encaminhamento do adolescente autor de ato infracional



Fonte: Relatório anual do COMEC de 2009

O adolescente recebe a medida na VIJ e este e seu responsável são orientados a comparecer na sede do COMEC para serem acolhidos pelo técnico de referência que realizará a interpretação da medida com a introdução do Plano Individual de Atendimento (PIA).

Nesse momento ocorre o investimento no vínculo através de uma escuta que leve em consideração a trajetória de vida deste adolescente e sua família. A postura do profissional pretende ser de curiosidade genuína e respeitosa, legitimando narrativas e histórias como únicas. Busca-se o reconhecimento dos envolvidos como pessoas, e não como infratores, diante da necessidade de distanciar a referência dos espaços avaliativos e de interrogatório, sem a busca de culpados, estereótipos ou condutas tipificadas pelo código penal.

Há um paradoxo no desenvolvimento do trabalho diante do contexto da medida judicial, em que, apesar da obrigatoriedade, investe-se na realização de um trabalho cujo desafio é a abertura do campo do desejo, a construção de uma relação de confiança,

permitindo que os adolescentes e socioeducadores reflitam e definam o que é mais importante para os adolescentes.

Após um primeiro contato é realizado relatório informativo à VIJ, incluindo o início da construção do PIA, junto do adolescente e da família.

A partir daí, os adolescentes e familiares são referenciados aos serviços de atendimento da rede social, incluindo a regularização de documentação pessoal, inclusão escolar, encaminhamento aos Centros de Saúde e demais centros de referência em saúde, à capacitação profissional, a cursos profissionalizantes, à repasses de renda, dentre outros, conforme construído no PIA.

Os responsáveis pelo adolescente são encaminhados a Grupos de Responsáveis, que ocorrem mensalmente; grupo de mães – semanalmente; e à atendimentos individuais de acordo com a necessidade avaliada pela família e técnico.

As entrevistas domiciliares, neste percurso, são realizadas no mínimo uma vez a cada adolescente e sua família, e mais de uma quando há necessidade da situação de atendimento dos usuários. Estas entrevistas incluem o motorista e dois técnicos da equipe: uma assistente social e um técnico de outra área profissional. Anteriormente, as entrevistas eram realizadas apenas por assistentes sociais e eventualmente, por um técnico de outra especialidade quando necessário ao trabalho desenvolvido. Em 2009 e 2010 a equipe optou por ter a presença deste outro técnico, verificando-se a riqueza de olhares diferentes neste momento.

O objetivo da entrevista domiciliar é perceber com maior clareza o contexto dos adolescentes e suas famílias, podendo a partir daí, atuar de modo a considerar uma maior realidade dos territórios, enriquecendo o olhar para a atuação de cada técnico e da equipe. Contudo, percebe-se muitas vezes, que a presença de apenas um dia da semana e um período para realizar as entrevistas domiciliares é pouco. Essa organização dá-se porque a Instituição conta com apenas um carro para dividir as ações de três programas e da equipe administrativa. Esta limitação interfere na condução dos trabalhos, uma vez que em determinados momentos a equipe tem que escolher em qual núcleo familiar será realizado entrevista domiciliar, deixando muitas vezes, outras famílias que também necessitam naquele momento, sem este tipo de atendimento.

A sistematização do acompanhamento da medida ocorre através de anotações na pastas de cada adolescente, nos relatórios ao juiz, em contato com a VIJ, na discussão de casos pela equipe técnica, na articulação junto às comissões do Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e Conselho Municipal da Assistência Social (CMAS).

Para os casos em que são determinadas dupla medida, após atendimento, reflexões e observações junto ao adolescente e sua família, discute-se entre as equipes técnicas de LA e PSC, para verificar a capacidade de o adolescente cumprir tais medidas e o que será mais significativo, necessário e possível ao adolescente. A seguir, envia-se parecer técnico destas duas equipes para o Sistema Judiciário informando as conclusões técnicas e do adolescente, sugerindo a continuidade em ambas ou em apenas uma medida, o que tem sido considerado. Esta ocorrência se dá em alguns casos, pois já foi percebida que a execução de duas medidas socioeducativas ao mesmo tempo para alguns adolescentes inviabilizaram a capacidade de cumpri-las, de acordo com o proposto pelo artigo 112, inciso 1º do ECA. Também, quando o técnico e equipe avaliam a impossibilidade de o adolescente cumprir sua medida socioeducativa sugere através de relatórios a VIJ seu parecer técnico, baseados em fatos da situação do adolescente, e aguarda decisão judicial.

Os relatórios são encaminhados à VIJ no início do atendimento, bimestralmente e pontualmente quando o caso exige. Contudo se for necessário realiza-se contato telefônico e discute-se com uma das três autoridades, recebendo orientações sobre o andamento ou propondo novos encaminhamentos.

Os atendimentos da LA podem ser individual, grupal ou ambos. Utilizamos espaços reflexivos, espaços vivenciais de atividades, oficinas pré-profissionalizantes, inclusão digital, organização da documentação pessoal, acompanhamento escolar, e outras ações de acordo com a demanda do adolescente.

Cada profissional possui dois ou três grupos que coordena, com diferentes temas e objetivos, para melhor abranger as demandas trazidas pelos atendidos e famílias. Nestes grupos o técnico atende adolescente de sua referência na orientação da medida, porém abre para adolescentes de outros técnicos, que são selecionados de acordo com os desejos e características subjetivas. Cada profissional atende uma média de 20 adolescentes simultaneamente, conforme o determinado pelo SINASE (2006) para a realização de LA institucional.

Até o final de 2009, os espaços de atendimento eram:

- Inclusão Digital (Espaço de Informática para Cidadania - EIC, Espaço Aberto – Espaço informação e Oficina de fotografia);
- Projeto Esporte e Saúde (Oficina de futebol, Escalada, Natação);

- Projeto Despertar para Cidadania;
- Espaço Vivencial de Atividades (grafite, culinária, bijuteria, artes plásticas...);
- Projeto Espaço Meninas (Grupo Espaço Meninas; Grupo Maternagem)
- Curso Profissionalizante;
- Atividades Comemorativas.

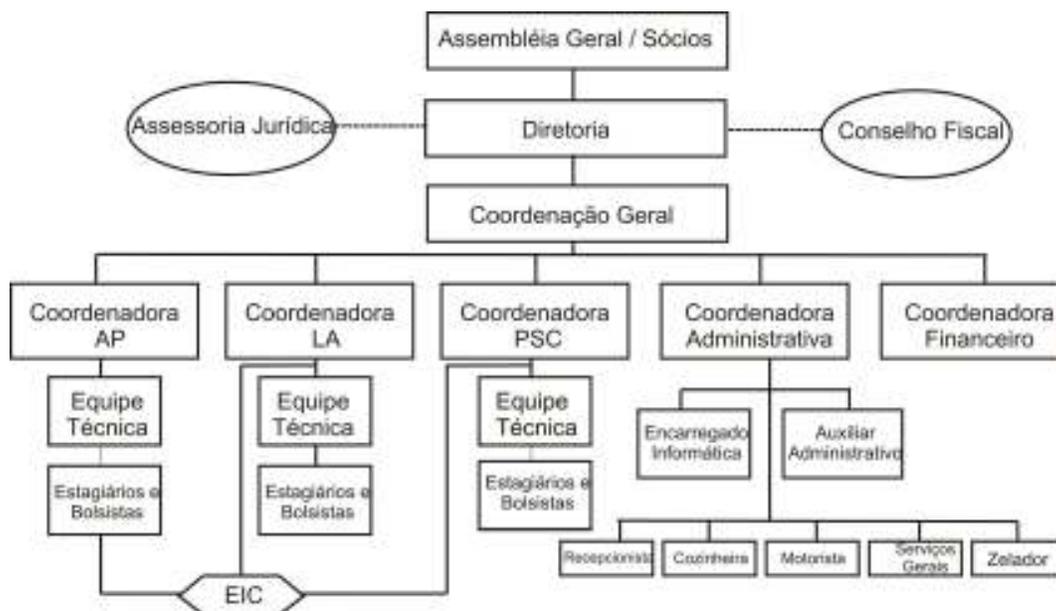
A escolha pelos grupos enfoca a percepção de que qualquer indivíduo ou grupo possui conteúdos representados por suas necessidades, angústias, defesas e o espaço grupal, permite a continência destes conteúdos. O grupo possibilita a construção de novos vínculos; que os integrantes se reconheçam e se compreendam; que compartilhem uma mesma linguagem; além de reparações, possibilitando a formação de nova identidade (ZIMERMAM, 1997).

As ações “... de cada um reverbera necessariamente nas ações do outro, e assim, nas ações do grupo, da instituição, de suas comunidades e da sociedade” (VIANNA, 2008). O processo de reconstrução de significados implica em mudança de um significado para o outro na emergência de que uma nova narrativa seja capaz de organizar não só a experiência presente, mas também a passada e as possibilidades futuras.

O trabalho desenvolvido acredita na proposta em que Teixeira (2003) traz, que compreende: “*Criar condições para que o adolescente construa um percurso de desenvolvimento pessoal e participação produtiva na coletividade, garantindo o exercício dos direitos e deveres de cidadania, no presente e no futuro*” (pág. 66).

A equipe do COMEC é composta de 42 profissionais, sendo um coordenador geral, cinco coordenadores de Programas, 23 profissionais técnicos do Programas de atendimento e 13 da Administrativa. A estrutura de recursos humanos atual da Instituição total pode ser representada pela figura 2, a seguir:

Figura 2 – Representação dos funcionários do COMEC



Fonte: Relatório anual do COMEC de 2009

A equipe de LA é constituída de onze profissionais, sendo duas da área de assistência social, três da psicologia e três da terapia ocupacional, com jornada diária de seis horas de trabalho e possuem entre dois e quinze anos na instituição. Outro profissional é o educador físico e uma educadora que executa o Espaço Informação para a Cidadania, que atende adolescentes dos três programas do COMEC com o recurso da informática e tecnologia.

Essa composição está de acordo com o determinado pelo SINASE (2006), que relata dever ser composta por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, garantindo o atendimento psicossocial. Contudo, percebe-se a ausência de profissionais da área de pedagogia no Programa, que apesar de não diretamente determinado pelo SINASE (2006), poderia complementar a equipe de modo a enriquecer as ações pedagógicas do Programa.

A coordenadora desta equipe desenvolve atividades relacionadas às questões organizacionais e burocráticas do serviço e, apesar de não atender diretamente os adolescentes, mantém-se no suporte quando necessário. Dentre suas atribuições relacionam-se: (a) atividades de articulação, mobilização: a rede de operadores do Sistema de Garantia de Direitos, grupos de trabalho, organizações da sociedade civil para a articulação, mobilização, monitoramento, avaliação e controle social das políticas públicas de atendimento ao adolescente em conflito com a lei; (b) reuniões com a equipe técnica para estudo de caso e

equipes administrativas para o planejamento e avaliação das ações e de gestão; (c) reuniões intersetoriais.

A função de coordenação das equipes do COMEC, geralmente, é desenvolvida pelos técnicos, da equipe da qual faz parte. Rodiziam-se entre aqueles que possuem dois anos ou mais de trabalho desenvolvido na instituição, e exercem por dois anos este cargo.

A equipe administrativa opera funções dos três Programas do COMEC, e a equipe da diretoria voluntária é composta por presidente, vice-presidente, dois secretários, dois tesoureiros, um diretor de captação de recursos, uma diretora social, três conselheiros fiscais e dois suplentes do conselho fiscal. A maior parte desses voluntários são profissionais aposentados. A equipe da diretoria se reúne mensalmente, com possibilidade de reuniões extraordinárias, quando necessário.

Em 1999, a equipe da diretoria era menor, e não abrangia o diretor de captação de recursos, os conselheiros fiscais e os suplentes do conselho fiscal.

O COMEC realiza uma reunião mensal que reúne todos os trabalhadores da instituição, com exceção da equipe da diretoria e do advogado. O intuito desta reunião é capacitar e integrar a maior parte do corpo de recursos humanos da Instituição, além de discutir sobre temas pertinentes ao trabalho desenvolvido na mesma, as relações entre funcionários e com a Instituição.

A LA tem por abrangência territorial as cinco regiões da cidade: norte, leste, noroeste, sudoeste, e sul. Um ponto crítico a ser considerado é o fato de o adolescente não ser atendido em seu bairro, ou seu território, mas na região central que traz aspectos positivos e negativos. Um aspecto negativo é a impossibilidade de atuar diretamente no território do adolescente, de modo a conhecer sua realidade mais próxima. Um aspecto positivo é o fato de muitos adolescentes não estarem familiarizados ao centro por limitarem suas ações em seu bairro e a vinda ao COMEC proporciona a expansão de seu conhecimento da cidade, ampliando as possibilidades de ações e interações em seu município. Para minimizar o distanciamento do atendimento ao bairro, a instituição realiza as entrevistas domiciliares para conhecer um pouco mais da realidade do adolescente e sua família. Vale ressaltar que o município de Campinas não oferece serviço regionalizado de atendimento para medida em meio aberto.

Atualmente o Programa de LA no COMEC atende 160 adolescentes ao mês de ambos os sexos em medida socioeducativa de meio aberto. Este Programa na instituição referenciada segue os parâmetros determinados pelo SINASE (2006), em que estabelece com o atendido o acompanhamento, auxílio e orientação, cuja intervenção e ação socioeducativas se estruturam

com “ênfase na vida social do adolescente (família, escola, trabalho, profissionalização e comunidade) possibilitando, assim, o estabelecimento de relações positivas que é base de sustentação do processo de inclusão social” (SINASE, 2006, pág.44). Ou como o proposto por Pereira, 2004:

...cabe ao programa de socioeducação de liberdade assistida, estabelecer com o adolescente, sua família ou responsável e com as instituições que se relaciona, como por exemplo, a escola, a organização do PAP e as formas de atuação de cada um dos atores responsáveis pelo acompanhamento da medida judicial (a família ou responsável e o adolescente) diretamente, e demais instituições (escola, trabalho, programas sociais de cultura, arte, lazer, formação profissional etc.), indiretamente.

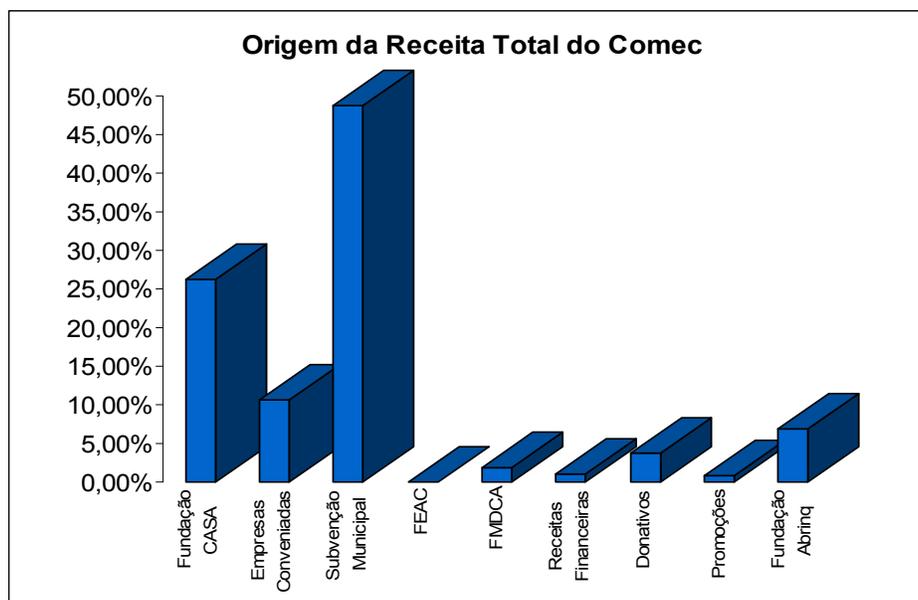
O acompanhamento da família do adolescente baseia-se na resolução 06/2004 do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente, onde se desenvolve o princípio de matricialidade sócio-familiar apoiando seus membros, potencializando suas habilidades na resolução dos desafios e problemas presentes e futuros, proporcionando, assim, condições para que a família exerça o seu papel de sustento, proteção, segurança, educação de suas crianças, adolescentes e demais membros. No trabalho percebemos dificuldades em relação à participação e envolvimento da família nos atendimentos, e a maior parte se refere a necessidade de trabalho dos pais e por isso, impossibilidade de comparecimento ao serviço.

Portanto, percebe-se que o objetivo da instituição referenciada consegue abranger ações relevantes ao trabalho, contudo são perceptíveis algumas carências nestas ações, advindas da escassez de recursos materiais.

1.3 O COMEC e a rede local: parcerias e articulação

O estabelecimento de parcerias com o COMEC para a realização do trabalho esteve sempre presente. Ao compararmos o descrito no relatório anual de 1998 e de 2009, verificamos que boa parte dos parceiros se manteve, havendo um diferencial que é a participação da Fundação Abrinq, que patrocina projetos desenvolvidos pela instituição e que por isso, tem prazo de início e término, podendo estar em um ano, porém não em outro. Estes dados referem-se ao COMEC como um todo, ou seja, envolvendo os três programas da instituição. A figura 3 pode representar estas parcerias:

Figura 3 – Gráfico da representatividade dos parceiros envolvidos no repasse de verbas à Instituição em 2009



Além destas, outras parcerias foram estabelecidas em 2009: dentre os parceiros de apoio técnico estão o Comitê para Democratização da Informática (CDI Campinas), UNICAMP, Poder Judiciário (VIJ), Ministério Público e Defensoria Pública, Universidade Bandeirante de São Paulo (UNIBAN), Secretaria Municipal de Esportes, CMDCA, CMAS e Conselho de Medidas Socioeducativas (CMSE) e Fundação FEAC.

Vale ressaltar que um parceiro relevante tem sido o SESI (Serviço Social da Indústria), A Instituição Associação de Educação do Homem do Amanhã, que realiza o Programa Socioeducativo “Guardinha – Cidadania Hoje”, e a UNICAMP, os quais sedem espaço para a realização de atividades esportistas: quadras de futebol, voleibol e basquete, piscina e muro para escalada. Esses espaços têm permitido a realização do projeto de Esportes financiado pelo CONANDA, “Escalada para a Vida”.

Na municipalização da medida de LA em Campinas, a instituição e os órgãos que competem a prefeitura para a coordenação deste serviço, estão ainda em adaptação. Contudo, o repasse de verba já está sendo realizado pela prefeitura e não mais pela Fundação Casa.

O COMEC sempre tentou estabelecer uma comunicação favorável entre o adolescente e sua família com a rede de atendimentos sociais e de saúde da cidade. Alguns desses são as escolas estaduais e municipais, em que há a busca pelo contato sobre o desenvolvimento do adolescente na escola, ou a re-inserção quando há evasão, ou ainda o desenvolvimento de

atividades de orientação e ou capacitação. Os Centros de Saúde são referenciados ao adolescente e família sempre que necessário, também tentando estabelecer contato. Além destes, outros serviços da rede de atendimentos dos adolescentes de Campinas são acionados, como o Centro de Referência de Atenção Integral à Saúde do Adolescente (CRAISA), referenciando os adolescentes para tratamento de dependência química, e os Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas (CAPs AD) referenciando adolescentes acima de 18 anos e suas famílias; os abrigos e internações para medidas de proteção e para tratamento de dependência química.

A rede Pública de Saúde hoje deixa a desejar, no que se refere as filas extensas de atendimentos, a dificuldade em agendar consulta nos Centros de Saúde, o que leva os adolescentes a desistirem de ter acesso à saúde por dizerem ter pouca paciência. Outras ausências na saúde colocam o trabalho com os adolescentes e família em sua incompletude, como a ausência de internação para tratamento de dependência química para adolescentes do sexo feminino.

Há ainda a dificuldade de internação do adolescente como medida protetiva na cidade, pois há restrições de alguns abrigos quanto aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, outras para o fato de proibirem o adolescente usuário de substâncias psicoativas, o que tem tornado mais difícil o trabalho e aponta uma escassez de serviços que consigam abranger toda a demanda do município.

Outro serviço inexistente no município é a internação feminina como medida socioeducativa.

O trabalho com os estabelecimentos educacionais também tem se mostrado bastante dificultoso, diante do preconceito percebido na relação adolescente autor de ato infracional. Para esta demanda, o CMDCA em parceria ao COMEC vem desenvolvendo desde 2008 o Projeto “Novos Olhares para a Adolescência”, que propõe capacitações e orientações aos professores de rede municipal e estadual e aos técnicos que atuam com os adolescentes em conflito com a lei, promovendo debates entre a escola e organizações que atendem esta demanda. Mesmo assim, neste início de 2010, muitos alunos de medida em meio aberto de liberdade assistida não conseguiram ser matriculados até o momento.

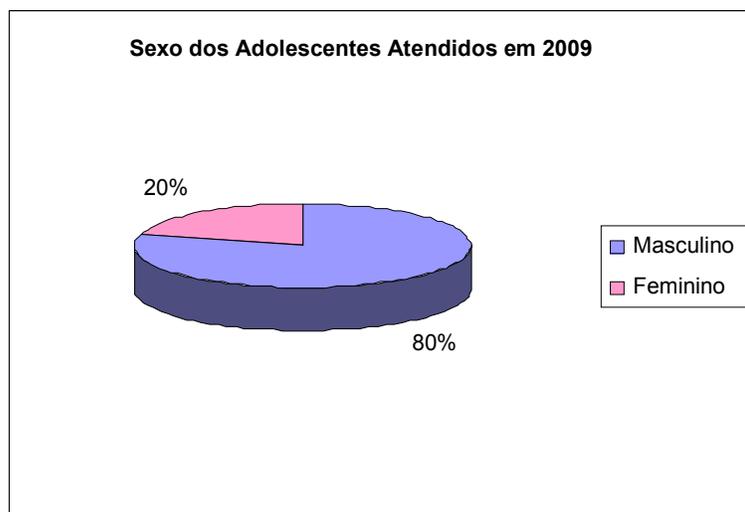
Percebe-se a escassez de serviços para atendimento aos adolescentes, principalmente para as adolescentes. Além disso, quando há o serviço, este apresenta dificuldade de atender a toda a demanda.

1.4 Perfil dos adolescentes atendidos em 2009

Os adolescentes do referido programa provêm de famílias em situação sócio-econômica desfavorecidas, com uma renda familiar girando em torno de dois salários mínimos. Dentro do grupo familiar encontram-se trabalhando com vínculo formal 20%, informal 35% e 45% desempregados. A chefia familiar é das mulheres na grande maioria. Dentro do espaço familiar, com que o adolescente reside, predomina a moradia materna: Vive com a mãe 32,2%; vive apenas com o pai 4,4%; vive com o pai e mãe 23,3%; não vive com o cônjuge e nem com os pais 21,1%; vive com o pai e a madrasta 1,1%; vive e com a mãe e o padrasto 10%; vive com o cônjuge e sem os pais 7,8%. Dentre os adolescentes inseridos no Programa de LA do COMEC 27,8% possuem filhos.

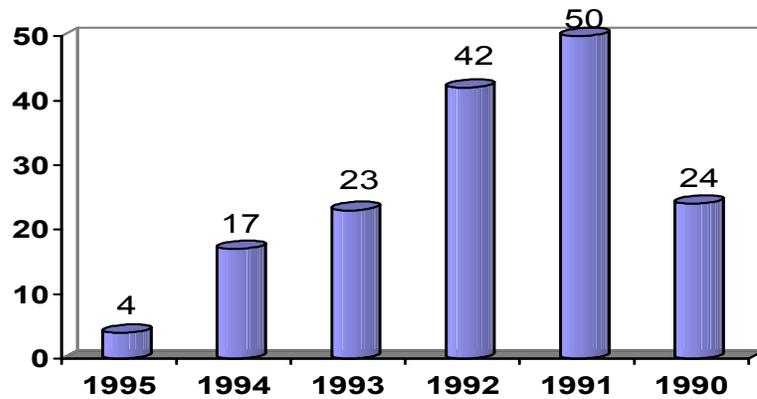
Um aspecto que tem chamado a atenção no trabalho com adolescentes é a tendência crescente nos últimos anos de adolescentes do sexo feminino no cumprimento da medida Socioeducativa de LA no COMEC. A distribuição por sexo de adolescentes na medida referida pode ser observada na figura 4, a seguir:

Figura 4 – Gráfico da distribuição, por sexo, dos adolescentes atendidos no COMEC em 2009



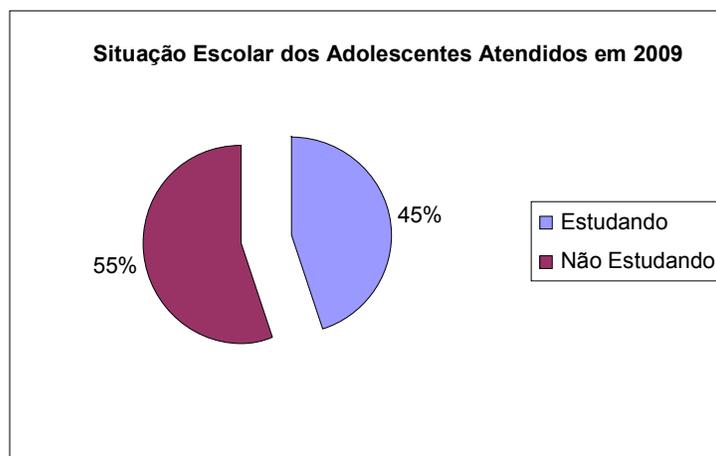
A idade dos adolescentes atendidos varia de 13 a 19 anos, com predominância na faixa etária de 16 a 18 anos, conforme a figura 5, a seguir:

Figura 5 – Gráfico da distribuição do número de adolescentes por ano de nascimento em 2009



A frequência e o desenvolvimento escolar sempre foi abordagem do trabalho da medida socioeducativa. A baixa frequência e escolaridade acompanham o perfil destes adolescentes, o que tem sido constante alvo de questionamento quanto ao modelo de ensino do país.

Figura 6 – Gráfico da situação escolar dos adolescentes em 2009 no COMEC



O nível de escolaridade pode ser percebido na figura 7, a seguir:

Figura 7 – Tabela sobre a distribuição de escolaridade dos adolescentes em medida de LA no COMEC

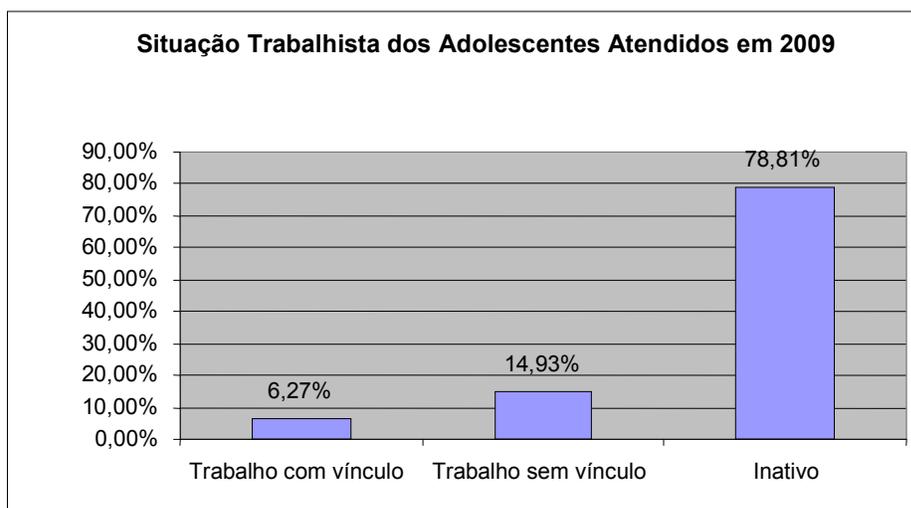
Série Escolar	Freqüência
Ensino Fundamental 1 a 4 série	7,50%
Ensino Fundamental 5 a 8 série	70,00%
Ensino Médio Incompleto	21,25%
Ensino Médio Completo	1,25%

Dados referentes a novembro de 2009

Estes dados de 2009 corroboram com o apresentado pelo SINASE em 2006, em que mostra condições ruins para a educação dos jovens no país. O SINASE (2006) mostra que 92% da população entre 12 e 17 anos estão matriculados, entretanto, 5,4% ainda são analfabetos. Refere-se que 80% dos adolescentes entre 15 e 17 anos freqüentam a escola, porém apenas 40% estão no nível adequado para sua faixa etária, e somente 11% dos adolescentes entre 14 e 15 anos concluíram o ensino fundamental. A escolarização diminui à medida que aumenta a idade.

Em relação ao mundo do trabalho, a maior parte dos adolescentes em medida de LA não possui uma atividade de trabalho, conforme figura 8, a seguir:

Figura 8 – Gráfico da distribuição de adolescentes do COMEC em sua situação trabalhista em 2009



Fonte: Relatório anual do COMEC de 2009

Os adolescentes que freqüentam o Programa de LA do COMEC encontram-se residindo dentro das regiões distritais norte, sul, leste, oeste e noroeste onde a maior concentração das famílias com adolescentes em cumprimento da medida se encontra na região sul de Campinas, em alguns pontos de muita vulnerabilidade social e com situação de violência urbana presente, influenciado pelo tráfico de drogas. Este fator tem influenciado fortemente os adolescentes, o que pode ser percebido na análise do motivo de entrada no serviço, conforme figura 9:

Figura 9 – Tabela da distribuição de adolescentes por motivo de entrada no serviço

Motivo de Entrada	Nº
Ameaças	1
Atentado violento ao pudor	1
Descumprimento de medida judicial	2
Furto	7
Homicídio doloso	1
Latrocínio	1
Lesão corporal	2
Porte de arma	3
Roubo	34
Roubo qualificado	40
Seqüestro ou cárcere privado	1
Tráfico	59
Uso ou porte de drogas	3
Outros	5

Dados referentes a novembro de 2009

Percebe-se que o tráfico é o motivo de maior entrada no serviço, em que corresponde a 36,87%. Roubo qualificado representa 25%, enquanto que roubo representa 21, 25%.

Os adolescentes reincidentes representam 17,77% dos adolescentes em LA. Com este número de reincidência, percebe-se que a medida em meio aberto permite que muitos adolescentes se beneficiem e consigam refletir acerca de escolhas distanciadas do universo infracional.

Assim, percebemos que o Programa de LA no COMEC tem se apresentado relevante para os trabalhos desenvolvidos com os adolescentes em conflito com a lei e suas famílias, nestes 30 anos, no município de Campinas, diante da seriedade da Instituição e pela constante busca por melhores condições nas ações desenvolvidas.

CAPÍTULO II - ADOLESCÊNCIA E MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS: ASPECTOS TEÓRICO-PRÁTICOS

Este capítulo reflete o conceito de adolescência, situando-o como uma construção histórica próprio das sociedades ocidentais contemporâneas e as implicações do contexto atual na vida desta faixa etária. A partir de elementos teóricos, instiga reflexões sobre o adolescente que comete ato infracional, evidenciando a problemática da violência no contexto de vida do adolescente e as medidas socioeducativas, com enfoque para a medida de LA, de modo a possibilitar diálogos entre a problemática do adolescente em conflito com a lei e prática socioeducativa do Programa do COMEC. Finalmente, aborda a questão do gênero para discutir as implicações da socialização de gênero para as diferentes vivências da adolescência.

2.1 Concepção e processos da adolescência

Cada período da história, diante de seu contexto sócio-cultural, possui suas representações de acordo com a organização de suas regras, leis, costumes e tradições. Isso traz diferentes considerações da sociedade às diferentes situações. A adolescência, por exemplo, foco do presente estudo, nem sempre obteve a representação que traz atualmente. As passagens de infância para juventude e velhice foram consideradas a partir de meados do século XVI, porém neste período não havia espaço para a adolescência (LEVISKY, 1995).

Até o início do século XX a adolescência não era considerada uma fase separada do desenvolvimento humano. G Stanley Hall em 1904/1916, publicou um livro chamado *Adolescence* (Adolescência), provocando reflexões acerca deste período que se tornou uma fase da vida (PAPALIA e SALLY, 2000). Desde então, diversos autores vêm explorando a adolescência na busca pela compreensão deste contexto. Esses autores em suas teorias esboçam padrões para a compreensão do desenvolvimento dos adolescentes, caracterizando-os de acordo com diferentes aspectos, dentre os quais podem ser destacados as alterações fisiológicas, físicas, emocionais, culturais e sociais.

A etimologia da palavra adolescência vem do latim *adolescere*, e atribui o significado de crescer, se desenvolver (MARCELLI e BRACONNIER, 1989, MICHAELIS, 1998). Segundo Ferreira (1993), adolescência consiste no período de vida humana que inicia com a puberdade, caracterizada por mudanças corporais e psicológicas, compreendendo a faixa etária de 12 a 20 anos. De acordo com diferentes autores, a adolescência pode ser

caracterizada como um período de transição entre a infância e o estado adulto, cuja duração é variável em diferentes sociedades.

Nas sociedades primitivas, em que há relativa homogeneidade cultural, a transição do papel de criança para o de adulto ocorre de forma gradual, em um processo de amadurecimento contínuo. Aos poucos, atribuem-se à criança funções e direitos específicos, de acordo com sua capacidade física e emocional, até que atinja plenamente a condição de adulto, ou seja, as exigências que recaem sobre o adulto são uma continuação do que já lhe era pedido quando mais novo (ABERASTURY, 1982).

Esse tipo de orientação socializadora faz desaparecer características do que é denominado *crise da adolescência*. Para Aberastury (1982), os pais e os adultos em geral enfrentam dificuldade para aceitar o crescimento do adolescente e estabelecer uma nova relação com ele. Os pais também vivenciam um processo de luto pela perda do corpo infantil do filho, da criança que ele deixou de ser e pelo fim da dependência completa. A transformação progressiva do filho em adulto traz a evidência de seu envelhecimento e a proximidade da morte. Eles comparam seus avanços crescentes com a fase da existência em que se encontram, fazem um balanço de suas próprias conquistas e fracassos. Com isso, os autores acima questionam sobre a incompleta abordagem da adolescência centrada somente sobre o adolescente, pois a vertente do problema é dupla, na medida em que ocorre “*ambivalência e resistência dos pais e da sociedade em aceitar o processo de crescimento*” (ABERASTURY, 1982, pág.16).

Aberastury e Knobel (1982 e 1990) descrevem a adolescência como decisiva no processo de desprendimento do indivíduo, que se inicia a partir do nascimento. Caracterizam este período como “confuso, ambivalente, doloroso”, com contradições e fricções no ambiente familiar e social. Frequentemente, esta fase é confundida com crises e estados patológicos, levando a busca de soluções equivocadas pelos adultos (ABERASTURY, 1990 e ABERASTURY e KNOBEL, 1982). Os lutos vividos pelos adolescentes são: o luto pelo corpo infantil, relacionados às mudanças físicas que os adolescentes precisam lidar, além do luto pelo papel e pela identidade infantil, do luto pelos pais da infância e do luto pela perda da bissexualidade (ABERASTURY e KNOBEL, 1982).

Aberastury e Knobel (1982) denomina a fase da adolescência de “síndrome normal da adolescência”, em que considera ser um período de perturbações necessário para o adolescente, pois este estabelece sua identidade, objetivo fundamental nesta fase. Nesse processo, são aspectos inerentes do adolecer a tendência grupal; a evolução sexual manifesta;

a atitude social reivindicatória, com tendências anti-sociais de várias intensidades; separação progressiva dos pais; alterações de humor e de estado de ânimo; necessidades de intelectualizar e fantasiar; dentre outros. (ABERASTURY e KNOBEL, 1982).

Em meio à vivência de fortes conflitos, procura de independência e autonomia, os adolescentes buscam modelos de identificação. No presente, eles tendem a desvalorizar a experiência da geração anterior, pois o que serviu para orientar a conduta de seus pais geralmente é considerado inadequado como referencial para organizar sua existência devido à velocidade de mudança dos padrões culturais (SANTOS, 1990). Ocorre uma simultaneidade entre a crise do adolescente e a de seus pais, quando estes sentem que estão perdendo o poder sobre os filhos e passam a utilizar diversos meios de coação, como o controle financeiro de gastos pessoais e a restrição à liberdade.

Aberastury (1982) mostra que o adolescente almeja liberdade em três campos: para sair e para retornar à casa de acordo com seus anseios e necessidades; para defender uma ideologia; para viver um amor e escolher uma profissão. Os pais ocupam-se especialmente em regular os horários dos filhos, mas isto significa também conter outras formas de liberdade desejadas pelos adolescentes.

É consenso entre os autores, como Marcelli e Braconnier (1989) referir-se à adolescência como uma passagem da infância à idade adulta, sendo um período de “crise” atravessado por todo adolescente, em que há, ao mesmo tempo, negação da infância e busca de um estado adulto. Esses descrevem quatro diferentes modelos para a compreensão dos processos da adolescência: o modelo fisiológico, que descreve as transformações orgânicas da adolescência; o modelo sociológico, que aborda o papel desempenhado pelo ambiente social, temporal e cultural, considerando a adolescência um fenômeno universal e homogêneo; modelo psicanalítico, seguindo os pensamentos de S. Freud, refere-se aos remanejamentos identificatórios, às mudanças de vínculos com os objetos edipianos, e as questões da sexualidade; e o modelo cognitivo e educativo, que enfoca as mudanças cognitivas e o desenvolvimento da capacidade intelectual do adolescente.

Levisky (1995) diferencia a puberdade da adolescência, enfocando que a velocidade de maturação de cada uma dessas são “*distintas e interatuantes*”. Considera a puberdade “*um processo decorrente das transformações biológicas*”, e a adolescência “*fundamentalmente psicossocial*”.

Osório (1992) caracteriza a puberdade e a adolescência de modo distinto, em que reserva as modificações biológicas desta faixa etária ao termo *puberdade*, e as transformações

psicossociais ao termo *adolescência*. Relata que não necessariamente o início da adolescência ocorre paralelo ao da puberdade, podendo precedê-la ou sucedê-la. O autor não delimita a números esta faixa etária, pois o crescimento e desenvolvimento do ser humano são relativos a uma série de fatores individuais e sociais. O final destas fases é caracterizado pelo amadurecimento físico, no caso da puberdade e, para a adolescência devem-se considerar fatores sócio-culturais. Na atualidade, estes fatores compreendem: o estabelecimento da identidade sexual e de relações afetivas estáveis; independência econômica; aquisição de sua moral própria e possibilidade de estabelecer relação com gerações precedentes de reciprocidade.

Assim, chegar à idade adulta exige alguns aspectos que aumentam as dificuldades e complexidades, como o jovem ter que se confrontar com aspectos sociais, políticos, filosóficos, religiosos, econômicos e profissionais, além do processo afetivo (LEVISKY, 1995).

Sintonizando com Aberastury e Knobel, Erikson (1976) considera que a principal tarefa do adolescente é a aquisição de uma identidade. Para esse autor, ele precisa se diferenciar de seus pais, divergir deles para conseguir construir os contornos de sua individualidade. A partir do momento em que entra em contato com os defeitos, os erros e as fraquezas deles, tem dificuldade em aceitá-los e em se submeter à sua autoridade. É quando o adolescente passa a agredir e a desvalorizar os progenitores e procura comportamento para conquistar sua individuação.

Dentre as características marcantes da adolescência, destaca-se a busca da identidade, a qual segundo Erikson (1976) exige que o adolescente afirme e organize suas habilidades, necessidades, interesses e desejos, sendo a seguir, expressos num contexto social. Ela se forma a partir da escolha da ocupação, da adoção de valores e da escolha da identidade sexual satisfatória, que são influenciados por uma interação de fatores biológicos e ambientais. Percebe-se, atualmente, uma maior aceitação da atividade sexual antes do casamento, comportamento que envolve maiores riscos para esta fase do desenvolvimento, como o alto índice de gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis na adolescência.

Com todas as mudanças fisiológicas já destacadas e as repercussões psicológicas da inserção do jovem a comunidade adulta, a adolescência será sempre um período de crise e desequilíbrio em qualquer contexto sócio-cultural, e quanto maior a complexidade da sociedade, maiores serão os pré-requisitos básicos para a integração do mesmo à sociedade adulta (LEVISKY, 1995).

Ao mesmo tempo, como nas sociedades ocidentais a desigualdade social convive com a diversidade cultural, a adolescência torna-se um processo que é vivido conforme a inserção em uma camada social e de acordo com as orientações culturais próprias dela. Na sociedade brasileira contemporânea, que passa por intenso processo de transformação, o adolescente encontra-se imerso em uma cultura na qual valores tradicionais convivem lado a lado com idéias renovadoras. A rapidez com que essas mudanças têm ocorrido contribui para dificultar o processo de amadurecimento.

Estes conflitos aliados a alguns aspectos de nosso contexto sócio-cultural atual, como a globalização, o desenvolvimento científico-tecnológico, a desigualdade social e seus processos de exclusão, vulnerabilidade social, dentre outros, tende a agudizar as crises inerentes.

A globalização traz diversas conseqüências à vida em sociedade, como as campanhas publicitárias para a venda de produtos, que são associadas ao prazer, à felicidade, ilusão, sedução e onipotência. Estas campanhas possuem o intuito de reduzir a capacidade crítica dos indivíduos (LEVISKY, 1995), e levá-los à busca de prazer imediato de um “*estado aparente de plenitude e independência*” (LEVISKY, 1998, pág. 24), através de técnicas para “estimular mecanismos psíquicos predominantes nos estados primitivos da mente” (LEVISKY, 1995, pág. 58).

Outro aspecto é a alta velocidade do desenvolvimento científico-tecnológico e a massividade de informações, que interferem na formação dos valores éticos, sociais, morais, suas crenças e qualidades das inter-relações, além de manipular facilmente o adolescente em detrimento de seu desenvolvimento sadio, pois são como um campo fértil para essas influências (LEVISKY, 1995).

Os adolescentes e jovens das classes populares estão cada vez mais próximos aos universos antes dominados pela presença da classe média: escolas, universidades, espaços de lazer; o que eleva ao sentimento de igualdade, porém o torna mais sensível ao preconceito, racismo e discriminação (PERALVA, 2000).

No que se refere à vulnerabilidade social, é importante considerar fatores que a compõem, como os recursos materiais ou simbólicos, as oportunidades relacionadas ao bem-estar advindo do mercado, Estado e sociedade, e as estratégias que interferem no desenvolvimento do indivíduo e de sua comunidade (ABRAMOVAY et al., 2002).

Por isso, outros aspectos merecem destaque nesta abordagem, como a incapacidade do mercado de trabalho em absorver os jovens, profissionalmente pouco qualificados e com

pouca experiência; a dificuldade dos sistemas educacionais em renovar suas estratégias para acompanhar as mudanças de habilidades e aptidões requeridas (ABRAMOVAY et al., 2002); a enorme discrepância sócio-cultural econômica; a mortalidade, a violência, a opulência, a destruição do meio ambiente, dentre outros aspectos que desrespeitam os direitos humanos, trazem conseqüências graves à formação de nossa adolescência (LEVISKY, 1995).

Com relação ao envolvimento do adolescente com o ato infracional, apesar de muitos autores tentarem desassociar o crime da pobreza, fatos freqüentes têm dificultado esta opinião, onde as situações de mortes violentas, intervenções policiais e pessoas presas têm se apresentado mais recorrentes nas comunidades carentes (PERALVA, 2000). Em meio às dificuldades e situações apresentadas acima, os adolescentes que residem nestes espaços apresentam-se como alvo fácil à dependência química, ao universo infracional e à violência.

Conforme apontado por Peralva (2000) pode-se compreender o processo de ‘dessegregação’ vivenciado pelos sujeitos inseridos nas comunidades pobres e algumas conseqüências disto:

A dessegregação e uma participação mais intensa na vida social e cultural da cidade delineiam em novos termos a condição de favelado, mais criam também um mal-estar e um conflito latentes. Mesmo se desigualdades reais continuam a pesar sobre a vida das favelas, não se trata no caso de um simples problema de exclusão. Mais do que isso, trata-se de defasagem existente entre o olhar com que a cidade considera os favelados, entre as formas simbólicas pelas quais a identidade favelada é definida, que se tornaram relativamente anacrônicas, e a realidade material e cultural da nova situação em que vivem (PERALVA, 2000, pág. 63).

Nas condições de pobreza, o sofrimento ocorre a todos e não só àqueles que se encontram nesta situação, pois “*os conflitos sociais, a criminalidade desenfreada, as migrações em massa e fora de qualquer controle, contrabando e tráfico são as únicas atividades a prosperar*” e atingem todos os seres humanos do planeta (SANÉ, 2003, pág.32). O número crescente de adolescentes que se envolve no tráfico mobiliza a questionar sobre possibilidades que estes procuram para poderem sair da situação de violação de seus direitos, que lhe são negados pela sociedade.

Essa série de violações dos direitos humanos é altamente percebida no contexto social atual, que interferem na constituição da sociedade e na formação dos jovens no Brasil. Este contexto é favorável ao aumento do fenômeno da violência e do crescente número de jovens envolvidos neste universo.

As análises da incorporação da perspectiva de gênero por políticas públicas são muito recentes. O conceito de gênero, ao enfatizar as relações sociais entre os sexos, permite a apreensão de desigualdades entre homens e mulheres, que envolvem como um de seus

componentes centrais desigualdades de poder. Nas sociedades ocidentais, marcada também por outros 'sistemas de desigualdade', é possível constatar, no entanto, que o padrão dominante nas identidades de gênero de adultos envolve uma situação de subordinação e de dominação das mulheres, tanto na esfera pública como na privada.

As relações de gênero permeiam todo o tecido social e se manifesta de formas específicas nos diferentes grupos sociais, ainda que mantendo, geralmente, a hierarquização como marca. Nas palavras de Lavinias, “*o sexo social – portanto, o gênero – é uma das relações estruturantes que situa o indivíduo no mundo e determina, ao longo de sua vida, oportunidades, escolhas, trajetórias, vivências, lugares, interesses*” (LAVINAS, 1997, pág. 16).

É nos espaços de convivência cotidiana, mais particularmente a família e a vizinhança, “*que meninos e meninas aprendem e internalizam seu gênero, de acordo com aquilo que a ‘sociedade local’ exige que sejam*”. Nesse sentido, o cotidiano da família é fortemente influenciado pela organização de gênero que, vigorando para além do espaço doméstico, manifesta-se de forma marcante nas relações intrafamiliares. Assim, a hierarquização de gênero perpassa tempos e rotinas, jogos e brincadeiras, perspectivas e projetos de futuro, reproduzindo os papéis de gênero vigentes no grupo social ao qual pertencem os sujeitos implicados (LAVINAS, 1997).

Farah (2002) ao analisar políticas públicas e programas governamentais a partir da perspectiva de gênero verificou em que medida iniciativas do Estado têm contribuído, ainda que de forma embrionária, para modificar esse padrão, profundamente arraigado na sociedade brasileira. Sua análise consistiu, em primeiro lugar, na identificação de iniciativas que incluem mulheres como parte do público beneficiário, seja como foco específico da ação governamental, seja como um segmento atendido por programas mais abrangentes, com uma atenção específica ou diferenciada. Em segundo lugar, tendo por referência a agenda de questões e propostas elaborada por movimentos e entidades feministas e por movimentos de mulheres nas últimas décadas no Brasil, procurou-se verificar em que medida essas iniciativas indicam um reconhecimento, por parte do poder público, das diferenças de gênero e, também, se tais iniciativas incorporam a perspectiva de gênero, entendida como uma orientação para a redução das desigualdades de gênero, isto é, de desigualdades entre homens e mulheres (e entre meninos e meninas).

Assim, o modo como a escola, família e comunidade cuidam, educam e lidam com os papéis sexuais das crianças e adolescentes interferem na formação de sua identidade sócio-

cultural. De acordo com Madeira (1997) a classe social do adolescente, modela a formação de seus atributos de gênero, diante das especialidades e temporalidades próprias. As classes populares apresentam-se mais conservadoras no trato com as diferenças de gênero, e isso pode ser explicado pela carência de informações e o pouco acesso a novas formas de sociabilidade mais concretas (MADEIRA, 1997).

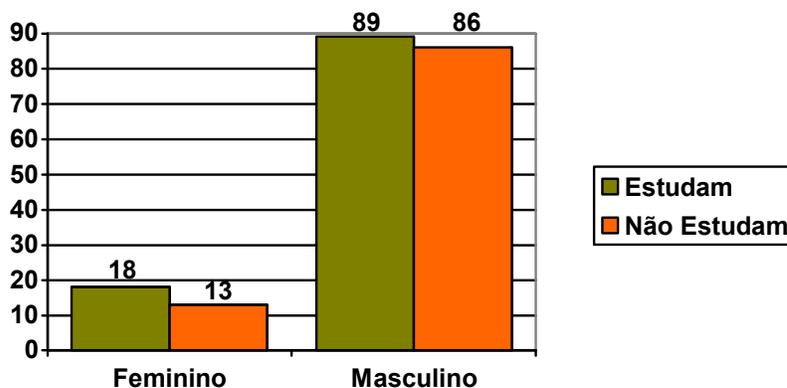
Nas comunidades das classes populares os sujeitos nela inseridos possuem seu cotidiano marcado pelas necessidades, esforço pela sobrevivência e distanciamento cultural, se comparado a classe média (PERALVA, 2000). Enquanto os responsáveis pelo núcleo familiar precisam exercer suas atividades fora de casa para sustento da família, as crianças e adolescentes tem permanecido mais tempo sem a presença dos pais. Com isso, as adolescentes são responsabilizadas pelo cuidado dos irmãos mais novos e pelas atividades domésticas, sendo assim, preparadas para o cuidado do lar e filhos.

Os adolescentes do sexo masculino, também das classes populares, apresentam suas atividades, desde crianças, mais freqüentes fora de casa, como atividades esportivas, competitivas, entre amigos da comunidade. Nestes locais precisam se colocar fortes e espertos, pois estão em constantes situações de vivências competitivas. Ou ainda, são levados pelos pais para acompanharem-no em sua atividade de trabalho.

A relação com a escola, no geral, mostra que as adolescentes estão mais interessadas nos estudos que os adolescentes. Contudo, parece ser a mesma para ambos os sexos, no que se refere a ausência de perspectivas e interesse entre a maioria dos adolescentes de idade mais tenra. O modelo educacional atual não atrai o desejo dos adolescentes e estes não vêm a escola como espaço em que podem se beneficiar. Alguns deles entre 17 e 18 anos, passam a notar importância da escola quanto à sua inserção profissional. Entretanto, ainda há os adolescentes que se beneficiam e mostram aproveitar o espaço escolar.

Dentre os 210 adolescentes que já passaram ou ainda estão inseridos no Programa de LA até abril deste ano, quatro adolescentes do sexo masculino já concluíram o Ensino Médio, e os demais em relação a sua inserção escolar estão descritos na figura, a seguir:

Figura 10 – Gráfico da distribuição, por sexo, da inserção escolar de adolescentes do Programa de LA do COMEC em 2010



Em pesquisa realizada por Abramo e Branco (2008) entrevistou-se jovens de ambos os sexos entre 15 e 24 anos nas cinco regiões do Brasil, representantes de todos os segmentos sociais e com 74% dos entrevistados com renda familiar entre menos de um salário mínimo até cinco salários mínimos. Neste verificou-se que o grau de escolaridade dos jovens representam 42% até o ensino fundamental e 52% com ensino médio completo e incompleto. Estes números não avaliaram a qualidade do conhecimento adquirido.

As ações de incentivo ao esporte, oferecidas em algumas escolas do município de Campinas, têm possibilitado que alguns adolescentes da comunidade se beneficiem deste espaço mesmo não estando inseridos em série escolar. Segundo o percebido no trabalho do COMEC, um motivo relevante e freqüente que leva a evasão da adolescente do ambiente escolar é a gestação, diante das dificuldades e compromissos que esta fase determina. Nem todas conseguem retomar após um período da maternidade, por dificuldades de se organizarem para que outros cuidem, ou pelos demais parentes trabalharem para sustento do lar, e ou por não possuírem condições de pagar para que alguém cuide da criança.

Em relação a maternidade/paternidade, Abramo e Branco (2008) verificaram que da população entrevistada de jovens, um quinto já viviam esta condição e, na faixa etária de 15 a 17 anos, 7% das adolescentes já tinham filho para 1% dos adolescentes, mostrando um número maior das adolescentes que adentram a esta condição. Neste sentido, temos observado que os fatores gestação e maternidade também interferem na inserção da adolescente no trabalho.

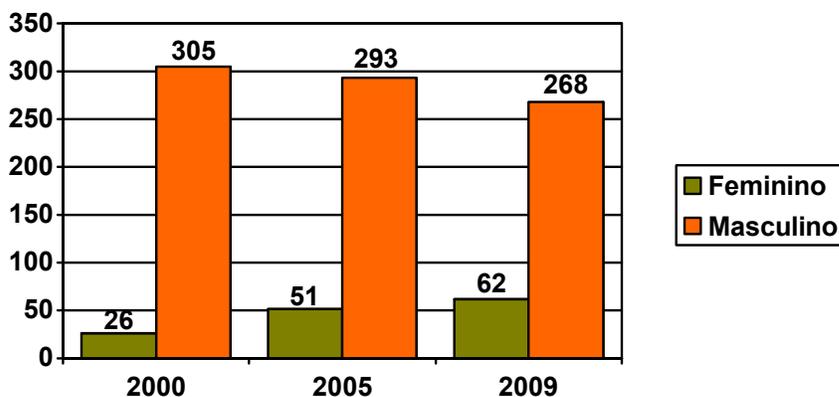
Em relação ao trabalho, os adolescentes, de ambos os sexos e de classes populares, encontram mais dificuldades de se inserem neste universo, diante da baixa escolaridade e das

menores oportunidades de formação profissional. Experiências familiares levam os adolescentes do sexo masculino a trabalharem informalmente como ajudante de pedreiro, pintor e outras atividades informais, pouco rentáveis e que exigem força física. Isso difere das adolescentes que por não estarem, na grande maioria, tão aptas fisicamente para esta demanda, possuem ainda menores oportunidades de trabalho informal. Acabam por exercerem papéis de cuidados de crianças ou atividades relacionadas ao lar, reproduzindo o modelo aprendido pelas mães, familiares e comunidade.

Na pesquisa de Abramo e Branco (2008) também foi verificado a questão da inserção do jovem no mercado de trabalho, onde 30% dos adolescentes entre 15 e 17 anos estavam trabalhando (formal ou informalmente), para 14% das adolescentes. Este resultado confirma a realidade das adolescentes que passaram ou estão inseridas no Programa de LA do COMEC em 2010 em relação ao trabalho e mostra a dificuldade de sua inserção no mercado formal. Nenhuma das 31 adolescentes está trabalhando formalmente. Uma adolescente estava no início do ano, porém saiu por maus tratos sofridos pela empresa em que estava. As dificuldades de trabalho são maiores conforme menor a idade. Contudo, alguns adolescentes menores de 16 anos já exercem funções trabalhistas informais, já que não é permitido por lei, para sustento próprio e ou da família.

Com relação aos registros referentes aos atendimentos das adolescentes acerca da distribuição dos adolescentes por sexo, até 2000 foram escassos e somente a partir deste ano é que se iniciaram a realização dos registros de forma mais fidedigna. Constata-se que os números das adolescentes na medida socioeducativa de LA tem aumentado, o que pode ser visualizado na figura 11:

Figura 11 – Gráfico da distribuição de adolescentes inseridos no Programa de LA de acordo com os anos



De 7,85% no ano de 2000, o número das adolescentes cresceu para 14,83% em 2005 e 18,78% em 2009. Até o início de abril de 2010, já somam 31 adolescentes em LA.

Interessante observar que os motivos de entrada no Programa, em 2009, por parte das adolescentes são, conforme mostra a figura 12, a seguir:

Figura 12 – Tabela de motivos de encaminhamento das adolescentes à LA no COMEC

Motivo	Nº
Tráfico	22
Roubo	3
Roubo Qualificado	3
Ameaça	1
Homicídio Doloso	1
Outros	1

Isso mostra que cerca de 70% das adolescentes são encaminhadas ao Programa pelo motivo de tráfico de entorpecentes.

No que se refere às relações com os namorados as adolescentes se colocam e são colocadas em papéis submissos. Os namorados podem sair e tomar suas decisões sem consultar as namoradas e o contrário traz conflitos ao casal. Quando a adolescente se submete as regras do relacionamento, faz para mantê-lo, por acreditar que deva fazer aquilo, já que suas conhecidas fazem e apresentam a ela como o correto.

A sociedade reconhece alguns padrões de comportamento destinados ao sexo feminino, como atributos de passividade e obediência e, para o sexo masculino, a agressividade e auto-afirmação (MADEIRA, 1997). A busca por uma estabilidade emocional leva as adolescentes a exercerem um papel social que lhes foi ensinado, indicado como o mais adequado. Em troca, cobram uma estabilidade de recursos materiais e quando o tem, são valorizados.

Há as adolescentes que não concordam com as posições determinadas pelo relacionamento e pouco conseguem manter-se em um, e estas apresentam comportamentos arremdios e de auto-valorização. Com essas descrições conseguimos verificar algumas características das adolescentes inseridas no Programa de LA do COMEC, trazendo uma noção sobre o universo feminino das adolescentes na LA.

Cabe destacar que o ECA não se refere claramente a estas diferenças de gênero no trabalho com as medidas socioeducativas. As diferenças de gênero são evidentes e é relevante que a abordagem também seja, na medida em que o trabalho deve partir das demandas. Percebe-se assim, a escassez de estudos que abordem a questão de gênero na adolescência.

A agenda de gênero na passagem para o século XXI é baseada na plataforma de ação definida na Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em Beijing, em 1995 e na trajetória do movimento de mulheres no Brasil. As alterações mais abrangentes na relação Estado-Sociedade ocorridas no país nas últimas décadas constituíram-se no Brasil a agenda atual relacionada à questão de gênero. Nessa agenda, incluem-se diversas diretrizes no campo das políticas públicas, que se relaciona ao cotidiano das adolescentes, ao reconhecimento de direitos de meninas e adolescentes, por meio de programas de atenção integral, com ênfase a meninas e adolescentes em situação de risco pessoal e social, em situação de rua e vítimas de exploração sexual, vivendo na prostituição e expostas a drogas.

No âmbito da Educação, inclui a garantia de acesso à educação, a reformulação de livros didáticos e de conteúdos programáticos, de forma a eliminar referência discriminatória à mulher e propiciar o aumento da consciência acerca dos direitos das mulheres, a capacitação de professores e professoras para a inclusão da perspectiva de gênero no processo educativo e a extensão da rede de creches e pré-escolas.

Além disso, reivindica-se a incorporação da perspectiva de gênero por toda política pública (de forma transversal), mais que sua eleição como foco de políticas específicas, garantindo que a problemática das mulheres seja contemplada toda vez que se formular e implementar uma política.

É nesse contexto que as personalidades do mundo dos espetáculos, dos esportes e das artes, cujo modo de vida é divulgado pela mídia, bem como o grupo de pares, tendem a ser tomados como modelos de conduta. É necessário avaliar, então, como os adolescentes incorporam e re-elaboram, na sua vivência cotidiana, representações acerca do que consideram modelos adequados de conduta.

2.2 O ato infracional e o significado das medidas socioeducativas na atenção aos adolescentes autores de ato infracional

O ato infracional é visto como uma ação praticada por criança ou adolescente, caracterizada na lei como crime ou contravenção penal (ECA, art. 103). De acordo com a Constituição Federal (art. 228), Estatuto da Criança e do Adolescente (art. 104) e Código Penal (art. 27) o adolescente autor de ato infracional é inimputável penalmente, ou seja, não tem responsabilidade penal e por isso é submetido a uma responsabilização jurídica especial. Nesta estão presentes a socioeducação relacionada à garantia de direitos que são fundamentais ao desenvolvimento de ações que levem a prática de sua cidadania (SOUZA E LIRA, 2008). Esta prática difere da perspectiva do sistema criminal adulto. Contudo, as crimes ou contravenções praticados pelos adolescentes se baseiam no Código Penal de Adultos, e por isso são considerados crimes, que não são tipificados pelo ECA (COSTA, 2006b).

Quando a prática do ato infracional parte da criança até 12 anos, aplicam-se as medidas protetivas (artigo 101 do ECA), quando parte do adolescente de 12 a 18 anos, são aplicadas as medidas socioeducativas (artigo 112 do ECA). Entretanto, só podemos falar que o adolescente é autor de ato infracional depois de transitado um processo judicial que comprove a materialidade no cometimento do ato infracional. Está lá no ECA que nenhum adolescente será responsabilizado ou privado de sua liberdade sem o devido processo legal. Este é um princípio muito importante que também está na Constituição Federal na parte que trata dos direitos e garantias fundamentais. Esta visão representa uma mudança de paradigmas que garantem na legislação, a consideração da criança e do adolescente como sujeito de direitos, e não como o era, objetos de intervenção (TOREZAN, 2006).

Estas mudanças trouxeram também mudanças na administração do Sistema de Justiça Juvenil, que atualmente é constituída pela Segurança Pública (polícia ostensiva – Militar; e judiciária – Civil); pelo Jurídico, referente ao Ministério Público, a Defensoria Pública e a Justiça da Infância e Juventude; e pela Execução de Medidas Socioeducativas realizada por

órgãos governamentais nos âmbitos público, estadual e municipal, além das organizações não-governamentais (COSTA, 2006c).

As medidas propostas pelo ECA quando verificada a prática do ato infracional são: em meio aberto – advertência, obrigação de reparo ao dano, prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida; e em regime fechado: semiliberdade e internação em estabelecimento educacional (artigo 112 do ECA). O tipo de medida a ser aplicada deve depender da gravidade e circunstâncias da infração e capacidade do adolescente cumpri-la (PAULA, 2006).

Torezan, 2005, relata que praticar atos infracionais não reflete a escolha de um estilo de vida, mas a busca pela satisfação de necessidades e sonhos, diante da miséria em que muitos vivem, para a obtenção de vestuários e objetos de fetiche, ou para manter o vício de uso de substâncias psicoativas. O ato infracional pode atrair, também, pela satisfação obtida no prazer da transgressão (PAULA, 2006).

Neste sentido, é importante destacar que a origem social é um fator relevante para a constituição dos sujeitos e que a conduta do adolescente sinaliza situações ocorridas em seu meio pessoal e social (TEIXEIRA, 2006). Uma adolescente que foi agredida durante boa parte de sua infância e adolescência e que as relações familiares são de agressão verbal constante, provavelmente reproduza esta violência com seu filho, como no caso de J, 16 anos, que tem sido atendida no grupo Maternagem e traz relatos sobre a convivência com o filho e percebe ser parecida com a de sua mãe e ela, porém mostra não conseguir chamar a atenção do filho sem gritar quando este faz algo que pode prejudicá-lo.

Assis (1999) analisando a vida de adolescentes autores de ato infracional e seus irmãos não infratores, de baixa renda econômica, verificou que os aspectos de vivência do cotidiano desses adolescentes interferem na construção de suas trajetórias de vida e, ser infrator pode ocorrer com qualquer jovem a qualquer instante, na medida em que o ambiente que fazem parte favorece a opção pela ilegalidade e violência para obter algo em suas vidas.

Por isso, a missão do atendimento socioeducativo deve abranger a proteção integral do adolescente junto à escola, sua família e comunidade, contendo ações nas áreas do “*reforço escolar, apoio nutricional, preparação para o trabalho, esporte, atividades artístico-culturais, educação para a saúde, para o meio ambiente, para a cidadania*” (COSTA, 2006d).

Além disso, as medidas socioeducativas devem respeitar os valores apontados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, que se referem a

...liberdade, solidariedade, justiça social, honestidade, paz, responsabilidade e respeito à diversidade cultural, religiosa, étnico-racial, de gênero e orientação sexual são os valores norteadores da construção coletiva dos direitos e responsabilidades (SINASE, 2006).

Com isso, o direito à condição de vida digna, que reconhece o adolescente como sujeito pertencente a uma coletividade e que partilha destes valores, deve ser respeitado (SINASE, 2006).

A garantia desses direitos estabeleceram políticas para a organização de sua consagração. A política de atendimento socioeducativo, por exemplo, envolve: políticas sociais básicas, destinadas a todas as crianças e adolescentes; políticas de assistência social, destinadas a quem se encontra em situação de vulnerabilidade social; políticas de proteção especial, voltadas àqueles que possuem violados ou ameaçados sua integridade física, psicológica e moral; e políticas de garantias de direitos para aqueles que necessitam de auxílio para defender seus direitos já consagrados (SOUZA e LIRA, 2008). Com tamanha organização e descrição parece complexo e o é, porém garante que as ações necessárias na prática diária aos adolescentes e famílias sejam confirmados pelas políticas já estabelecidas na legislação.

Infelizmente, muitos adolescentes que chegam para o cumprimento de medidas socioeducativas não apresentam a garantia de direitos que já deveriam estar sendo respeitados e, além de socioeducativa, a medida precisa ser protetiva dos direitos mínimos propostos na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na própria Constituição Federal. As medidas socioeducativas passam a funcionar como acesso a políticas sociais e principalmente a internação, que apresenta grande crise em sua organização e funcionamento, além da implementação e interpretação (OLIVEIRA, 2006).

A privação de liberdade, por exemplo, demonstra eficácia invertida com o aumentando da reincidência criminal, pois retira a convivência em comunidade (OLIVEIRA, 2006). O que se tem percebido é uma desconsideração destas instituições com os sujeitos nela inseridos, como o espaço físico com precários aspectos de higiene, insalubridade e ausência de luz natural, a ausência do valor de dignidade, dentre outros, constatados nas denúncias de violação dos direitos dos adolescentes (TEIXEIRA, 2006).

Torezan (2005) verificou que o sofrimento advindo da privação de liberdade, pode tornar o adolescente um destemido infrator, pois nestes locais criam seus espaços de pertencimentos, suas leis, onde se sentem os heróis transgressores.

Se a ação socioeducativa deve preparar o jovem ao convívio social (COSTA, 2006d) sua internação dificilmente conseguirá atender o jovem com esta perspectiva, pois este estará distanciado de seu universo comunitário e sua realidade social. Como estabelecido no SINASE (2006) “*A privação do ambiente familiar e social traz mais problemas do que benefícios àqueles que são submetidos a ela*” (COSTA, 2006, pág 51a).

Por isso, deve-se buscar pela a brevidade da internação provisória e a medida de internação, diante dos prejuízos apontados acima, assim como os esforços devem estar voltados a abolição da internação dos adolescentes.

A medida de semiliberdade (artigo 120 do ECA), sendo aplicada como forma de transição entre o regime fechado para o aberto e, que pode ser viável a casos de maior gravidade, tem sido pouco aplicado em alguns lugares, diante da ausência de locais que a executem (TOREZAN, 2005). Apesar de esta referência ser de cinco anos atrás, ainda é o observado no presente.

As medidas socioeducativas em meio aberto pretendem auxiliar o adolescente em sua organização pessoal e social, construindo um padrão de conduta que se distancie do universo infracional. Contudo, isso só é alcançado, quando as características dos adolescentes e suas famílias são consideradas na construção dos objetivos durante a medida (TEIXEIRA, 2006). Assim, o SINASE (2006) determina que se deva considerar as potencialidades dos adolescentes, sua subjetividade, capacidades e limitações, tornando seu atendimento particular.

Além disso, na aplicação das medidas socioeducativas, devem ser consideradas as necessidades pedagógicas que busquem o fortalecimento de vínculos com a família e comunidade, e realizar ações que estimulem nos adolescentes seu desenvolvimento pessoal e social que os afaste do envolvimento com o campo ilícito, e que os projetem para a construção de perspectivas novas em sua vida (SOUZA e LIRA, 2008)

Para isso, o educador ou orientador de medidas deve estabelecer uma relação amorosa e acolhedora com o adolescente, para que os “...conteúdos éticos, intelectuais, afetivos, instrumentais...” sejam “...transmitidos e assimilados” (TEIXEIRA, 2006. pág 436). Com isso, percebe-se a relevância do papel estabelecido pelo orientador de medidas e o quanto este deve ser preparado e cuidado em seu trabalho, tanto pela instituição que o contrata, quanto pela política que o orienta.

Costa (2006e) aponta fundamentos da socioeducação para a atuação de quem a utiliza, enfocando aspectos jurídicos, políticos, sociológicos, éticos, pedagógicos, filosóficos e

históricos. Contudo, afirma que restam mudanças de conteúdo, método e gestão em todos os setores que constituem o Sistema de Justiça Juvenil, as quais podem eliminar a falsa impressão de uma questão sem solução.

A Medida de LA tem por objetivo promover o adolescente nos aspectos familiar, social, comunitário, educacional e profissionalizante, assistindo-o como pessoa em desenvolvimento (FERREIRA, 2006). Cada adolescente encontra-se em um momento de sua vida e possui características e necessidades subjetivas e podem conseguir se beneficiar, na medida socioeducativa, de um ou outro destes aspectos. Por isso, a busca por esta promoção atinge o objetivo possível ao adolescente e ao momento em que se encontra, contemplando necessidades previstas ou não, como a adolescente S, 17 anos, grávida de seu terceiro filho, usuária abusiva de SPA e em situação de rua, consegue retornar a casa da avó e cessar o uso de SPA, retomando atendimentos no tratamento de dependência química e disposta a conseguir se organizar para cuidar deste filho, já que dos outros dois não foi possível. O vínculo estabelecido entre orientador e adolescente permitiu que esta se colocasse no sentido de dizer que estava se sentindo só e que não queria isso para seu filho, além de avaliar o longo caminho que precisava construir para conseguir cuidar do filho que estava por nascer. Passa a perceber que algumas amigas a tem influenciado ao uso de SPA e prefere se afastar. Apesar de todo o desejo e da reflexão de suas necessidades, não consegue retomar os estudos diante da gravidez e as implicações que sua condição de saúde tem lhe imposto. A convivência familiar não é fácil, porém compreende que neste momento precisa de um lar que a acolha e a seu filho e passa a suportar o que antes não era possível. Essas conquistas representam o desejo de mudança da condição da adolescente.

A LA acompanha o adolescente e sua família por um prazo determinado judicialmente que de acordo com o artigo 118, inciso dois, do ECA, tem o prazo mínimo de seis meses, e pode ser prorrogada, substituída ou revogada. O orientador de medidas acompanha o adolescente de acordo com as demandas que trazem, como na retomada de sua cidadania, do universo escolar e profissional, na efetivação de seus direitos e deveres, na inclusão social saudável ao adolescente em seu meio familiar, na comunidade e sociedade, nas reflexões e escolhas acerca do universo adolescência, dentre outros. Algumas vezes, o tempo determinado judicialmente não compreende todo o processo pelo qual o adolescente se dispõe a realizar, o que é reavaliado junto deste a necessidade e disposição para o encaminhamento a outros serviços, ou ainda, passa a ser atendido como caso comunidade, como exemplo do COMEC, em que a adolescente A, 16 anos, sempre apresentou um perfil arredo e com grande

dificuldade de vinculação. Porém, ao conseguir vincular-se, o tempo determinado judicialmente se extinguiu e a adolescente apresenta dificuldades de se vincular em outros serviços, como o foi também no COMEC, e continua até que este processo de referenciamento seja executado.

Conforme aponta Costa, (2006b) o orientador de medidas deve oferecer ao adolescente e sua família orientações sobre os aspectos jurídicos e procedimentos técnicos, de modo a considerar as implicações éticas do relacionamento com o adolescente, sua família e demais atores sociais envolvidos. Contudo, o orientador de medidas deve envolver o adolescente e demais participantes deste processo numa relação de vínculo favorável ao envolvimento com a LA, promovendo espaços que permitam aos envolvidos a reflexão acerca da responsabilização do ato infracional, aos motivos que o levaram a isso, e às novas escolhas que podem executar.

Dentre tantas dificuldades vivenciadas não dia-a-dia da execução das medidas socioeducativas, como a precariedade nos serviços socioassistenciais destinados a população, a ausência de recursos financeiros/materiais para concretizar as ações planejadas, como conseguiremos garantir os direitos já determinados pela legislação brasileira e mundial, e como conseguiremos executar as ações para que esses direitos sejam garantidos? Cabe uma mobilização de toda a sociedade civil em orientar-se e orientar, planejar e construir caminhos diferenciados ou já postos, mas que levem a um destino com soluções a tantas ausências.

CAPÍTULO III - O PROGRAMA DE ATENDIMENTO SÓCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO - COMEC

Este capítulo versa sobre a ação socioeducativa com as adolescentes no Programa de Liberdade Assistida do Centro de Orientação ao Adolescente de Campinas e o analisa de acordo com o proposto pelo Sistema Nacional do Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006) e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009).

Foram selecionadas três categorias para esta análise: os objetivos; os processos e a metodologia do trabalho, enfocando o acolhimento, a inserção da adolescente no Programa, os elementos constitutivos do atendimento, a atuação do profissional, a avaliação das ações realizadas no Espaço Meninas e a interação com a rede social; e os aspectos estruturais básicos do atendimento.

3.1 Objetivos do atendimento socioeducativo no Programa de LA no COMEC

Como objetivo geral descrito no Plano de Ação 2010 do COMEC, o Espaço Meninas tem a seguinte finalidade:

Propiciar para as adolescentes do sexo feminino em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida, espaços individuais e grupais de reflexão e experimentação que propiciem seu empoderamento e desenvolvimento para a construção de projetos de vida distanciados do universo infracional.

Este objetivo vai ao encontro do descrito nos documentos SINASE e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que detalham os objetivos e as diretrizes. Analisando os objetivos específicos deste mesmo projeto pedagógico, o Plano de Ação 2010, temos:

- *Promover a descoberta de habilidades e potencialidades das adolescentes, propiciando a ampliação do repertório de vida durante o tempo de cumprimento da medida.* Este responde a três objetivos indicados pela Tipificação: estabelecer condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que afastem as adolescentes do universo infracional; contribuir para o estabelecimento de autoconfiança e fortalecer pensamentos de possibilidade de construção de autonomia, ampliar o universo informacional e cultura e o desenvolvimento de habilidades e competências. Este objetivo é proporcionado a partir das diferentes vivências grupais e individuais propostas pela Instituição, como por exemplo, a atividade de grafite, costura, curso de auto maquiagem, filmes, dentre outras.

- *Garantir a inserção e permanência das adolescentes no ensino formal*, criando condições para a construção/reconstrução de projetos de vida diferenciados ao universo infracional, sendo este o segundo objetivo indicado na Tipificação. No entanto, conforme já citado no capítulo I, as dificuldades para esta inserção são muitas, como o preconceito da inserção das alunas “problema”, assim chamadas por alguns diretores de unidades educacionais.
- *Propiciar a inserção das adolescentes em cursos profissionalizantes*, possibilitando, assim a ampliação do universo informacional, desenvolvendo habilidades e competências, conforme quinto objetivo indicado pela Tipificação. Apesar do objetivo indicado, verifica-se pequeno número nesta inserção das adolescentes do COMEC, que se deve, dentre outros fatores, ao baixo recurso financeiro repassado com esta finalidade, dificuldades de organização das adolescentes e familiares para preencherem os quesitos exigidos pelos cursos e exigência elevada de escolaridade das adolescentes por parte dos selecionadores para os cursos.
- *Trabalhar as questões pertinentes à adolescência e ao universo feminino*, contribuindo para o estabelecimento de autoconfiança e construção de autonomia, quarta indicação de objetivo da Tipificação. Exemplificando, nos espaços de atendimentos das adolescentes são discutidos sobre situações cotidianas das mesmas, situações de conflito que as envolvem como brigas entre familiares, entre amigos e namorados. Outras discussões também se baseiam nas mudanças em suas vidas ocasionadas pela adolescência, como a entrada no mercado de trabalho, a profissionalização; assuntos relacionados ao universo feminino, como mudanças no corpo feminino, sexualidade, gravidez, papéis sociais, dentre outros.
- *Trabalhar as questões familiares e suas influências no desenvolvimento das adolescentes*, que busca fortalecer a convivência familiar, conforme apontado pela Tipificação. Como exemplo, temos os atendimentos individuais, familiares, ou grupos de responsáveis em que são discutidas situações de conflito entre as adolescentes e demais familiares, afetividade, comportamentos. Há ainda a realização de atividades grupais entre as adolescentes e seus familiares, que estimulam a convivência afetiva e respeitosa entre eles.
- *Oferecer orientação para as adolescentes em relação à sexualidade, prevenção de DST/AIDS, métodos contraceptivos*. Este objetivo responde às determinações de

ampliar o universo informacional e contribuir para a construção de autonomia das adolescentes. Essas informações são oferecidas nos grupos e demais espaços de atendimento. Como exemplo, no grupo Maternagem, este ano foi realizado um debate entre as participantes sobre este tema, após assistirem a filmes baixados da internet sobre o uso de preservativos. A seguir, conheceram materiais contraceptivos e fizeram perguntas anônimas que foram discutidas ao longo de outros atendimentos e foram encaminhadas à serviços de saúde de acordo com algumas demandas levantadas, como o desejo de utilizar a pílula anticoncepcional para poder planejar ações em sua vida.

- *Promover três espaços grupais para adolescentes do sexo feminino de caráter reflexivo com enfoque em atividades artísticas, culinárias, dinâmicas grupais entre outras que funcionem como recursos para explorar e reconstruir significados, propiciando o entendimento de como as adolescentes constroem verdades sobre si mesmas, seus relacionamentos e seu universo.* Este objetivo envolve a construção de autonomia, o estabelecimento de autoconfiança, o desenvolvimento de habilidades e competências, indicados na Tipificação.
- *Acompanhar e orientar as adolescentes gestantes e/ou mães através de atendimentos individuais, assim como um grupo semanal em que são discutidos temas pertinentes ao momento da gestação, parto, puerpério e maternagem.* Este espaço vai de encontro ao proposto pela Tipificação nos objetivos: fortalecer a convivência familiar, ampliar universo informacional e cultural, construção de autoconfiança e autonomia, construção e reconstrução de projetos de vida que vise a ruptura com o universo infracional.

Dentre os objetivos indicados na Tipificação o primeiro e terceiro, que se referem a: *Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa (...) e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas setoriais;* e *Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regule o período de cumprimento da medida socioeducativa,* não são descritos no plano de ação, contudo são realizados no atendimento às adolescentes.

O atendimento às adolescentes na LA do COMEC possui como protocolo o encaminhamento a serviços da rede social do município que realizam abordagens de acordo com o verificado como necessidade para as adolescentes e suas famílias, tanto no que se

refere à saúde como no exercício da cidadania. São, então, acompanhadas para que consigam chegar aos serviços e, é avaliado com as adolescentes e seus familiares a relevância desta abordagem, além dos benefícios trazidos.

Em relação ao terceiro objetivo da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009), no trabalho socioeducativo do COMEC busca-se estabelecer o contrato logo no primeiro atendimento, em que são colocadas as regras institucionais, como não ser permitido trazer materiais ilícitos ao COMEC, ou destruir os bens presentes na Instituição, de modo a poder conservar o espaço. Essas regras vão sendo recolocadas e discutidas com as adolescentes, permitindo que coloquem suas opiniões em relação às regras. Também na construção dos espaços de atendimento, como por exemplo, o Espaço Informação para a Cidadania, são discutidos e construídos juntos às adolescentes as regras que possibilitem que o espaço ocorra de modo favorável a todos neste grupo.

Assim, verificamos que os objetivos determinados na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (2009) estão sendo realizados nas ações do Espaço Meninas, apesar de serem encontrados algumas dificuldades nos atendimentos, como a inserção escolar das adolescentes e de acreditar que devam ser criados mais espaços de encaminhamento à cursos profissionalizantes para melhor preparo destas para o mercado de trabalho, criando mais expectativas às adolescentes neste campo.

Os objetivos descritos também mostram que o trabalho no Espaço Meninas tem buscado como referência as determinações do SINASE, na medida em que vai ao encontro de perceber as necessidades das adolescentes atendidas e trazer ações que consigam abranger o empoderamento delas na busca de suprir tais necessidades. O trabalho socioeducativo, então, busca favorecer a dinamização de ações que estimulem o aprendizado e trocas de informações para a apropriação e produção do conhecimento, respeitando condições subjetivas de cada adolescente.

3.2 Processos e metodologia de trabalho

3.2.1 Acolhimento e inserção das adolescentes no Programa

Ao chegarem no COMEC, as adolescentes são recebidas pela recepcionista que verificam o orientador de medidas responsável, chamando-o. A seguir são atendidas por este que será referência para a adolescente em seu cumprimento de LA. Normalmente,

comparecem acompanhados de um responsável, como determinado na audiência judicial e reforçado no primeiro contato telefônico realizado pelo técnico para agendar o atendimento. Caso o responsável não compareça, a interpretação da medida é iniciada com a adolescente, são verificados os motivos do não comparecimento do responsável, esclarecido sobre a participação familiar na medida socioeducativa e agendado nova data com ambos.

Adolescente e responsável são recebidos, então, em uma sala chamada de triagem, para ser realizado a interpretação da medida, esclarecendo as implicações do cumprimento de LA, sanando algumas dúvidas das adolescentes e seus responsáveis e buscando compreender, junto da adolescente e responsável, os motivos de a adolescente ter chegado a medida socioeducativa.

No segundo e terceiro encontros, agendados semanalmente, ainda com a adolescente e responsável, realiza-se a triagem, levantando informações sobre a situação atual da adolescente e sua família, onde residem e com quem, o histórico e a dinâmica familiar, os motivos que a levaram estar ali, situação econômica e social, uso da rede social de Campinas, o histórico e a situação atual referente aos estudos e trabalho da adolescente, se há documentação pessoal irregular, desejos, interesses e expectativas frente à medida de LA. Os atendimentos costumam durar entre 50 a 60 minutos. Realiza-se o Plano Individual de Atendimento – PIA, da adolescente na presença deste e seu responsável, com a co-participação de cada integrante (adolescente, família e COMEC). Neste momento, geralmente, são iniciados os encaminhamentos para regularização de documentação pessoal, retorno escolar, Programas de benefícios do governo de repasse de verbas, tratamentos de saúde, centros públicos para busca de trabalho, dentre outros. A inserção em outros programas de serviços socioassistenciais e de políticas públicas é destacado na Tipificação como um dos objetivos do serviço, conforme já referido anteriormente.

O quarto encontro costuma ser realizado individualmente com o responsável e a adolescente, com o intuito de serem discutidos como será a participação no COMEC, quais atividades querem exercer, quais grupos querem participar, se há ainda a necessidade de atendimentos individuais antes de serem inseridos em outros espaços, ou se a adolescente não mostra desejo em participar de grupos. Geralmente, o acolhimento possui a duração de um mês.

Neste processo de acolhida, percebe-se a relevância do respeito ao tempo subjetivo de cada adolescente, e por isso, a acolhida abrange mais de um encontro, para que adolescentes e familiares possam sentir-se seguros em um ambiente favorável para conseguirem se expressar

e dialogar com a Instituição e com o orientador da medida. Deste modo, acredita-se estar sendo realizado a estimulação à expressão das necessidades e interesses das adolescentes e familiares, conforme determinado na segurança de acolhida proposto na Tipificação.

A inserção das adolescentes no COMEC costuma ser, entre a maioria, favorável a elas em sua medida, ou seja, estas aderem aos atendimentos individuais e aos grupos propostos. Contudo, algumas delas não conseguem aderir. Normalmente são aquelas que se mostram em maiores condições de vulnerabilidade, como em situação de rua, com conflitos familiares intensos, ou usuárias de substâncias psicoativas.

Acredita-se que a facilidade de aderência das adolescentes no Programa está no modo como é realizado o acolhimento e o fato de tentar ser oferecido uma variedade nas atividades, abrangendo um número maior de desejos. Além disso, é colocado às adolescentes que apesar de serem obrigadas a comparecerem ao COMEC, diante da medida judicial, podem escolher sua participação nos grupos e atividades.

Outro aspecto importante para a aderência é a garantia de recurso financeiro para a condução das adolescentes até o COMEC, que está previsto no SINASE e no repasse de verbas para o trabalho socioeducativo. Percebemos grande dificuldade das adolescentes neste quesito, reforçando que grande parte das adolescentes atendidas no COMEC se apresenta em classes desfavorecidas financeiramente.

3.2.2 Elementos constitutivos do atendimento

O Plano Individual de Atendimento – PIA, se constrói junto do adolescente, família e técnico de referência, o que mostra estar de acordo com o determinado pelo SINASE, que aponta a participação da família, além da adolescente. Este documento destaca que o PIA deve conter os objetivos e metas a serem alcançadas pela adolescente durante o cumprimento da medida. No COMEC, o PIA faz parte do documento de triagem, estando alocado a ele. O PIA é construído também pelo estudo de caso que o técnico realiza para poder nortear as escolhas da adolescente e sua família. Apesar de ser realizado em um primeiro momento, o PIA é constantemente revisitado pelas partes envolvidas: família, adolescente e orientador da medida. A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais não relata diretamente sobre a construção do PIA, porém descreve que a escuta, o estudo social e o diagnóstico socioeconômico são trabalhos sociais essenciais ao serviço. É também a partir destes tópicos que os técnicos constroem o PIA.

Após a acolhida, as adolescentes passam a iniciar seus atendimentos em grupos de adolescentes, de acordo com os interesses e desejos verificados durante o acolhimento. Mesmo assim, continuam sua participação em atendimentos individuais com os técnicos de referência, e estes verificam a possibilidade de agendá-los antes ou após o grupo que a adolescente está participando.

A escolha por atendimentos individuais e grupais se dá através do processo de atendimento que é construído junto à adolescente e sua família. Algumas adolescentes preferem atendimentos individuais, por dificuldade de estarem em grupo o que é respeitado, aguardando-se o momento em que a adolescente sente-se segura para isso. Para outras, percebe-se que o atendimento individual não lhe proporciona muitos ganhos, por serem tímidas e pouco se expressarem individualmente, e os grupos mostram-se mais favoráveis ao seu percurso na LA. Geralmente, maior parte das adolescentes mostra preferência aos espaços grupais, se comparado aos adolescentes.

A maioria dos grupos realizados com as adolescentes faz parte do Espaço Meninas, e esta nomeação representa uma preocupação da instituição em reconhecer as diversidades trazidas por elas. Contudo, é um espaço em constante construção, à medida que as demandas também chegam diferentes e podem se transformar.

Segundo Vianna (2008), profissional do COMEC em seu trabalho de especialização, o Espaço Meninas é composto pelos diferentes espaços grupais de caráter reflexivo onde há a participação das adolescentes. Este espaço proporcionou a ampliação do olhar dos profissionais da instituição, onde as adolescentes indicavam caminhos diversos para o processo terapêutico, trazendo respostas para as indagações da equipe (VIANNA, 2008).

Estes espaços são reflexivos, mas também vivenciais que permitem a interação das participantes no grupo. As atividades desenvolvidas com as adolescentes buscam sua participação concreta em atividades e reflexões de modo a providenciar sua ação-reflexão, conforme apontado pela terceira diretriz do SINASE, ou seja, participam da construção das ações, da avaliação e experimentam situações que as levem a trocas de pensamentos e vivências com outros adolescentes, com o orientador da medida, com a instituição COMEC, com seus familiares, com a comunidade. Nestas trocas, por exemplo, em grupos de responsáveis e adolescentes, ocorre a provocação para refletirem acerca destas novas vivências e de como podem levar algumas reflexões para sua vida cotidiana.

Neste contexto, é aberto espaço para que as adolescentes se coloquem e reflitam sobre o ato infracional cometido, porém o foco dos atendimentos abrange também outras demandas

trazidas pela experiência de vida delas. Com isso, verificamos que o Programa de LA executa o que o SINASE relata sobre a perspectiva ético-pedagógica para a operacionalização da medida, onde a ação socioeducativa deve prevalecer em relação ao caráter sancionatório da mesma.

Além da participação nos grupos e atendimentos individuais, as adolescentes podem ser convidadas a participarem de oficinas extras a seus atendimentos, ou seja, grupos abertos que comportam a participação esporádica das adolescentes, como a oficina de escalada, do Projeto de Esportes, que ocorre quinzenalmente, podendo interagir com adolescentes de outros grupos e de outro sexo. A preferência das adolescentes por atividades tem se mostrado para a natação, a culinária, atividades artesanais e artísticas e de auto-cuidado, como maquiagem e vestuário (bijuteria e enfeites para cabelo, ou acessórios para roupas).

Para o início das adolescentes nos grupos do Espaço Meninas procura-se agrupá-las de acordo com os desejos, interesses e maturidade. Em todo início de grupo a auto-apresentação tem sido um recurso bastante utilizado para a construção do vínculo grupal, contudo, outras dinâmicas de apresentação também são utilizadas para o primeiro contato. A entrada das adolescentes no meio do processo do grupo é bastante refletida quanto às propostas, objetivos e benefícios às integrantes e a nova participante. Costuma-se realizar uma acolhida também nos grupos, para cada adolescente recém-chegada, de modo a conversar com o grupo em um atendimento anterior a esta inserção e questioná-las quanto ao que sentem com isso, além da conversa anterior em atendimento individual com a participante nova, esclarecendo-lhe o funcionamento, regras e situação do grupo. No entanto, percebe-se maior facilidade para integração das adolescentes quando estas iniciam o processo grupal juntas.

Nos momentos iniciais de atendimentos, tanto individual quanto grupal, prima-se pelo início da construção do vínculo entre técnico e adolescente e adolescente e adolescente. O vínculo é essencial para a aproximação destas adolescentes e para conseguir realizar um trabalho que possa atingir algumas das demandas trazidas pelas mesmas. Para a construção deste vínculo, o técnico coloca-se em posturas acolhedoras e compreensivas com a adolescente, permitindo espaço para que se coloque e se faça ser compreendida.

O desafio no processo de construção de vínculo entre técnico e adolescente e sua família está na capacidade do técnico em perceber como atingir o sentimento de segurança em cada adolescente e familiar, pois cada sujeito se coloca diferentemente nas relações estabelecidas e algumas costumam chegar apresentando sentimentos persecutórios, por verificarem a ligação entre prestadora de medidas e Vara da Infância e Juventude. Para isso,

costuma-se explicar as adolescentes como se dá os trâmites com a VIJ e a relação que é estabelecida, os relatórios que enviamos e como estes são construídos. As adolescentes são envolvidas na construção dos relatórios e lhes é aberto a possibilidade de os lerem.

Já o desafio na construção do vínculo entre as adolescentes está na possibilidade de já terem estabelecidos outros relacionamentos fora da instituição e já se conhecerem tendo vivenciado situações que as afastam. Apesar disso, o espaço grupal mostra poder ser um momento de rever o que já havia ocorrido com as mesmas, as escolhas e ações realizadas por elas e se há a possibilidade de rever e refazer as relações.

Assim, a socialização das adolescentes se dá nos grupos em que são inseridas; nos espaços de eventos com a reunião de outros adolescentes; nas oficinas, que são grupos abertos; nos grupos de responsáveis quando abertos a participação de adolescentes e familiares; nos espaços de integração, ou sala de espera; e nas atividades externas, como a ida a Casa Natura para participar de curso de maquiagem, ou a ida à UNICAMP, para realizarem a atividade de escalada.

Em todos os espaços de atendimento, a disciplina é proposta como meio para a realização da ação socioeducativa, porém não apenas para manter a ordem da instituição, mas que adentre as relações da adolescente com seu contexto (SINASE, 2006). Todos os espaços destinados a realização da ação socioeducativa, seja no COMEC ou espaços externos, são construídos junto as adolescentes e família com regras que são constantemente discutidas para que conceitos e pensamentos sejam refletidos e, caso os atendidos avaliem importante, sejam transportados ao contexto vivencial de cada um. Algumas vezes, precisam ser rediscutidos diante da dificuldade de algumas adolescentes aderirem ou concordarem. Por isso, ao iniciarem os grupos o técnico constrói junto as adolescentes as regras e o que será necessário para que o grupo possa ocorrer de modo favorável a cada e todos os integrantes.

A diferenciação no atendimento em relação ao gênero é citada pelo SINASE quando descreve em suas diretrizes, onde a diversidade de gênero, assim como a étnico-racial, e de orientação sexual devem nortear a prática pedagógica. Esses temas precisam ser incluídos nas discussões, conceituações e desenvolvimentos de metodologias e devem ser interligados a outras ações como a promoção da saúde, educação, cultura, profissionalização e cidadania, realizando práticas mais tolerantes e inclusivas (SINASE, 2006). Todos os temas apontados aqui são propostos e provocados nas reflexões trazidas nos espaços de atendimentos no Espaço Meninas, compreendendo que fazem parte do processo saudável de re-inserção social das adolescentes.

Além disso, o SINASE dedica um eixo para estes temas, em que propõe que todas as entidades de atendimento socioeducativo fortaleçam a inclusão étnico-racial e de gênero nos programas socioeducativos, indicando diversas maneiras, tanto no atendimento direto ao adolescente, como na articulação com a rede social do município, com as Secretarias estaduais e municipais, com a comunidade e a família. O trabalho com o intuito de atingir a comunidade pouco tem sido realizado pelo Espaço Meninas. O que se tem realizado são atendimentos às adolescentes no pós-medida, ou a familiares, namorados e amigos, porém apenas quando há vaga para estes atendimentos, o que é limitado diante da grande demanda de trabalho para os técnicos. Percebe-se aqui a necessidade de realização de atividades e ações que consigam avançar para a comunidade das adolescentes no Espaço Meninas.

No que se refere às demandas das adolescentes em conflito com a lei ao chegarem ao COMEC, percebe-se que são distintas, porém algumas podem ser destacadas como a desorganização de documentação pessoal; dificuldade de relacionamento com as mães, ou pais, ou outros entes da família, conflitos familiares intensos; evasão escolar, problemas de comportamento escolar, ou falta de interesse pela escola, desacreditando que a escola possa lhe trazer benefícios; gravidez precoce; estar em situação de rua, carência econômica e de recursos materiais; desejo em trabalhar para poder conquistar os bens materiais desejados; desejo em realizar cursos profissionalizantes, para conseguirem trabalho; outras situações de vulnerabilidade; dentre outros.

A maioria delas apresenta carência de recursos materiais e em situação de pobreza, como ausência de recursos para sobrevivência básica. Outras demandas vão sendo percebidas ao longo dos atendimentos como o envolvimento com a exploração sexual, uso abusivo de substâncias psicoativas, doenças sexualmente transmissíveis, envolvimento no tráfico de drogas, descuido com sua saúde, comportamentos inconseqüentes. E outras demandas são implícitas como a baixa auto-estima, insegurança, carência afetiva, ausência da noção de riscos.

Muitas das adolescentes atendidas no Programa chegaram à medida de LA por estarem em companhias dos namorados/ maridos com envolvimento ilícito, e são apreendidas junto deles. Algumas relataram que tinham ciência das situações, porém outras declararam só reconhecerem do que se tratava no momento da apreensão. Contudo, relataram que desconfiavam do envolvimento do companheiro no universo infracional, mas preferiam não questionar com receio de provocarem o término do relacionamento. Há aquelas que são financiadas pelo companheiro envolvido no universo infracional, e apesar de não

concordarem com os atos dos companheiros e terem receio das conseqüências para estes, são coniventes com a situação por se beneficiarem dela, diante de sua vida marcada pela ausência de recursos que agora podem ser providos.

Quando são ‘pegos’ e o companheiro é preso as adolescentes são encaminhadas à medida socioeducativa. Algumas delas continuam a namorar e esperar pela saída dele para continuarem seu relacionamento. Mantém o contato através de cartas e telefonemas, quando não tentam a visita. Esta é mais difícil, pois precisam da autorização dos pais e por estarem em medida socioeducativa, os presídios ou a Fundação Casa não permitem. Contudo, já soubemos de situações em que as adolescentes conseguiram realizar esta visita.

Há ainda, a situação de as adolescentes ao descobrirem o envolvimento do companheiro no universo infracional, quererem se distanciar e romper o relacionamento, porém diante da agressividade dos companheiros não conseguem e a prisão destes torna-se a liberdade delas. No entanto, continuam suas vidas com receio do momento de quando os companheiros forem libertados, pois temem serem agredidas (o que já ocorreu com algumas adolescentes atendidas no COMEC) ou até mortas.

Outras relações estabelecidas com o sexo masculino também podem ser os estimulantes das adolescentes no universo infracional, como o irmão detido em Centro de Detenção Adulta requisitar da irmã adolescente que levasse objetos ilícitos nas visitas, já que o que se pensa é que a conseqüência para elas é menor.

Contudo, não cabe limitar que as adolescentes se envolvem no universo infracional apenas por influência masculina, mas também por escolha delas diante de situações que podem ou não ser parecidas às dos adolescentes do sexo masculino, como a precariedade dos recursos materiais em suas vidas, situações de miserabilidade intensas, busca por fortes emoções, dentre outros, conforme relatados por algumas adolescentes em atendimentos.

A gravidez precoce, também um fator de vulnerabilidade, é outra demanda das adolescentes, onde muitas engravidam por inexperiência e ausência de informações, outras, porém, pelo próprio desejo. Percebemos em muitas delas o desejo em construir algo diferente, e por isso, o desejo em ter uma família, fazer seus filhos, com o intuito de tentarem construir uma realidade diferente à sua e fazer melhor.

A associação da gestação ao uso abusivo de SPA é freqüente e também por isso, pensou-se em grupos para as adolescentes gestantes e ou mães, para refletir sobre temas voltados a passagem destes momentos de modo saudável para elas e seus filhos. Atualmente o grupo é nomeado de Grupo Maternagem e possui o caráter de refletir sobre temas preventivos

e explicativos, como o processo da fecundação, que muitas mostram não saber, ou as influências do uso de SPA na gestação. Com uma fala que mostra a importância deste tipo de trabalho “*Nossa, se eu soubesse que era assim, não tinha usado droga na minha gravidez! (J, 16 anos)*”. Além disso, o grupo pretende discutir sobre temas referentes aos cuidados dos bebês e crianças para o melhor desenvolvimento dos mesmos, pensando-se na qualidade da alimentação, dos cuidados com a saúde, higiene, mas principalmente, a atenção ao relacionamento afetivo entre mãe e bebê. Outros temas também são trazidos pelas adolescentes, pertinentes ao seu universo, que são abordados neste espaço grupal.

Vale destacar que apesar da realização de atendimentos com o intuito de prevenção da gestação com os adolescentes de ambos os sexos no COMEC, muitas engravidam e muitos são pais precocemente durante a execução da medida. Por isso, a equipe mostra constante busca de recursos para abordar esta problemática.

Outros grupos também são realizados com as adolescentes, como grupos de culinária, grupos de atividades artesanais, atividades específicas como o grafite, grupos de cuidado pessoal, como manicure, maquiagem, depilação. Há também a experiência do desenvolvimento de grupos mistos, como grupos de esportes com a natação e a escalada, grupo de cinema, que fazem parte de outros projetos do Programa de LA.

As práticas descritas acima vão de encontro com um dos eixos propostos pelo SINASE: Esporte, Cultura e Lazer, que indica promover estas ações aos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa. Também com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, que cita em seus objetivos a necessidade de possibilitar aos jovens acesso a ampliação das vivências, incluindo informações, cultura e o desenvolvimento de habilidades e competências.

Nos espaços femininos para grupos discute-se sobre o que é ser adolescente do sexo feminino na sociedade atual e os papéis femininos neste contexto, sobre os relacionamentos afetivos desenvolvidos por elas, sobre o desejo em ter bens materiais e a impossibilidade econômica de tê-los, o desejo em trabalhar e os caminhos necessários para isso, os incômodos com o ambiente escolar, dentre outros assuntos do cotidiano.

Os técnicos verificam os direitos fundamentais das adolescentes que estão sendo descumpridos pela sociedade e buscam os meios de se fazer cumprir, tanto às adolescentes quanto à seus familiares. Além disso, o empoderamento destas para que busquem seus direitos e que saibam buscar são discutidos nos espaços grupais e individuais. O modo como a LA estimula o empoderamento das adolescentes ocorre no dia-a-dia dos atendimentos e

intervenções institucionais, principalmente permitindo o espaço para que se coloquem e sintam-se compreendidas e, a partir daí valorizadas. O empoderamento das adolescentes depende de características subjetivas destas e do vínculo estabelecido com os envolvidos em sua LA, que devem ser identificados pelo mediador deste processo.

Uma percepção da equipe que atende os adolescentes de ambos os sexos é uma maior demanda de realizações de atividades e discussões que as adolescentes do sexo feminino trazem, principalmente quando se vinculam ao serviço, no sentido de absorverem o espaço e quererem utilizá-lo de modo a se beneficiarem, aproveitando o espaço para si. Quando o vínculo institucional é estabelecido, percebe-se maior dificuldade das adolescentes em se desvincularem ao término da medida socioeducativa.

O tempo de participação nos grupos depende do tempo judicial determinado para cumprimento de medida de LA. Algumas adolescentes participam de mais de um grupo, pois, quando o grupo se consolida, a inserção constante de novas adolescentes mostra-se não pertinente e os espaços vão sendo encerrados ao término das medidas de algumas e pedem um recomeço diferenciado em outros espaços grupais para aquelas que ficam. O tempo de duração dos grupos no Espaço Meninas depende da atividade escolhida, do envolvimento das adolescentes com a atividade e das demandas de discussões trazidas e/ou provocadas, podendo variar de uma a duas horas. Essa abordagem é realizada semanalmente, o que permite que os encontros não fiquem muito distanciados, perdendo-se o envolvimento no grupo.

O acompanhamento semanal das adolescentes é indicado como mínimo no cumprimento da LA pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o que vai ao encontro do que o Espaço Meninas vem realizando. O SINASE aponta que o encontro das adolescentes com o orientador social seja três vezes na semana. Algumas adolescentes se envolvem em atividades diversas que lhes permite estar no COMEC três vezes na semana, como atendimento individual com o técnico de referência, participação em grupo do Espaço Meninas e participação do Espaço Informação para a Cidadania. Contudo, não ocorre como regra.

Algumas adolescentes que encerram as medidas socioeducativas continuam sendo acompanhadas pelo COMEC com o intuito de realizarem sua transição para outros serviços da rede social, quando necessário e desejado pelas adolescentes. Assim, passam a ser atendidas como “caso comunidade” em sua pós-medida, sem que a Instituição receba qualquer verba diferenciada para isso. No Município de Campinas verifica-se a necessidade no atendimento

pós-medida das adolescentes, já que, em alguns casos, o tempo determinado judicialmente não é suficiente para que as adolescentes estejam inseridas socialmente e com seus direitos civis e sociais efetivados.

O atendimento socioeducativo deve também se estender à família e comunidade das adolescentes, conforme o proposto em diretriz pelo SINASE e como objetivo e trabalho social essencial pela Tipificação. No COMEC a família é atendida individualmente, nos grupos de pais e responsáveis, onde propõe um espaço de reflexão grupal, compartilhando e trocando experiências com os demais familiares. Estes espaços são grupos abertos para os responsáveis e familiares adultos, porém, eventualmente, há a interação com as adolescentes. Alguns jovens irmãos, primos, amigos e namorados das adolescentes, podem se beneficiar do Espaço Informação para a Cidadania, com o proposto da capacitação profissional em informática e espaço de construção da cidadania, em um grupo destinado a eles e aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Alguns amigos das adolescentes já receberam atendimento com caráter chamado ‘comunidade’, de modo a serem acolhidos e encaminhamentos a rede social de atendimento.

Assim, percebe-se que no atendimento às adolescentes no Espaço Meninas, as demandas trazidas por elas tem sido verificadas, analisadas e abordadas pela equipe do Programa, conforme determinado pelos documentos (SINASE e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais) utilizados para avaliar este trabalho, que apontam para a obrigatoriedade da devida consideração das demandas pelo serviço durante a aplicação da medida socioeducativa, nos seus diversos aspectos, desde o acolhimento inicial, como na construção do Plano Individual de Atendimento (PIA) junto ao adolescente e a família, nos atendimentos grupais e individuais e nos demais espaços referentes ao atendimento socioeducativo.

No que se refere aos profissionais que atendem as adolescentes, a equipe se organizou para que a referência do atendimento técnico fosse escolhida a partir da preferência do profissional ao trabalho desenvolvido com as mesmas e por isso, no Programa são três as técnicas que as atendem diretamente. Contudo, todos os profissionais se envolvem no atendimento das adolescentes, através da entrevista domiciliar, que é realizado semanalmente por uma das assistentes sociais e um outro técnico da equipe, de outra área profissional; através dos atendimentos de responsáveis nos grupos, atualmente realizados pelo serviço social e psicologia; nas discussões de caso com toda a equipe; e nos grupos mistos, com adolescentes de ambos os sexos.

A orientação de medidas no Programa de LA do COMEC é executado por profissionais das áreas assistência social, psicologia e terapia ocupacional. O socioeducador acompanha diretamente a adolescente nos atendimentos, realiza os grupos, atende a família, faz a comunicação com a rede social de atendimento de Campinas (escola, saúde, lazer, cultura), e com a VIJ, verifica e encaminha as adolescentes aos serviços que garantem a execução dos direitos propostos no ECA, e participa de reuniões com os setores e serviços vinculados aos debates e decisões referentes à demanda atendida no COMEC.

O SINASE aponta em uma de suas diretrizes o respeito à singularidade do adolescente, obtendo-se a presença do orientador de medidas na ação socioeducativa, além da postura profissional que deve ser construída em bases éticas. Isso interfere claramente na construção do vínculo entre as adolescentes, a Instituição e o socioeducador. As bases éticas da Instituição são voltadas, principalmente, ao respeito das adolescentes atendidas, buscando compreender a subjetividade e executar as proposições da Constituição Federal de 1988.

Os profissionais mostram-se presentes nas situações trazidas e vivenciadas pelas adolescentes no que se refere ao contexto institucional. Extra-institucional, os técnicos conseguem a aproximação através das entrevistas domiciliares e dos acompanhamentos a serviços de atendimento à rede. A aproximação à sua comunidade, contudo, pouco se faz no território da adolescente.

Apesar de algumas atividades extrapolarem os limites da instituição, como os esportes, onde são utilizados quadras esportivas de outras instituições próximas, como o SESI, ou o 'paredão' da UNICAMP para a escalada, um aspecto importante a ser considerado é que as ações das adolescentes em medida de LA ocorrem a maior parte na instituição, acreditando-se que a utilização do espaço extra-institucional possa ser mais explorada na busca pelo ganho de maior autonomia e empoderamento das adolescentes. Isso vem sendo discutido em equipe e percebe-se que alguns profissionais apresentam-se mais envolvidos em atividades externas que outros, que talvez possa ser explicado a partir da formação profissional de cada um.

Outra diretriz apontada pelo SINASE discute sobre a necessidade de o socioeducador potencializar as capacidades e habilidades das adolescentes, sem, contudo, desconsiderar suas limitações de modo compreensivo. Nas atividades desenvolvidas nos grupos de atividades, por exemplo, em muitos momentos as adolescentes são convidadas e despertadas para o interesse de realizarem atividades semelhantes ou diferenciadas de seus contextos, buscando potencializar capacidades e habilidades já presentes, mas também desenvolver novas formas de pensar e agir acerca do que está sendo proposto, diante das limitações apresentadas por

elas. A vivência das ações e atividades propostas mostram-se um recurso potencial para o aumento do repertório vivencial das adolescentes.

Complementando a diretriz acima referenciada, o SINASE indica que o processo socioeducativo deve ser realizado de modo diretivo, em que os orientadores de medida devem direcionar as ações, garantindo a participação e estimulando diálogos constantes. Esta diretriz norteia a realização dos grupos com as adolescentes no Espaço Meninas.

Na Instituição o técnico participa de reuniões de equipe, onde são discutidas as situações das adolescentes atendidas e há a troca de experiência, conhecimentos e a reflexão em busca de melhores caminhos para os atendimentos. Participa também das reuniões inter-equipes, com as outras duas equipes da Instituição, para discutir as situações de adolescentes que participam de dois programas, e ainda para discutir sobre situações pertinentes ao trabalho das equipes na Instituição e em Campinas. Nas reuniões gerais, realizada com todos os funcionários do COMEC, discute-se situações pertinentes ao papel de cada trabalhador, melhorias no trabalho da Instituição como um todo e melhorias nas condições de realização do trabalho. O SINASE propõe, também enquanto diretriz que haja horizontalidade na socialização das informações e saberes entre educadores e técnicos da equipe multiprofissional. A equipe da LA do COMEC é multiprofissional, conforme apontado acima, e as informações são trazidas pela coordenadora desta equipe nas reuniões.

Faz-se relevante apontar que a quantidade de adolescentes para cada orientador deve ser respeitada, sendo 20 no máximo para cada, conforme determinado no SINASE, para que a qualidade seja garantida. A LA no COMEC mantém este número por técnico. A Tipificação indica que em relação aos recursos humanos devam respeitar a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social. (NOB-RH/SUAS). Neste são elaborados tópicos importantes para o profissional que atua na assistência social, de modo a garantirem direitos e deveres a todos estes, na busca de melhores condições de trabalho.

Os profissionais para execução das medidas socioeducativas devem ser qualificados para a área de atuação, mostrando perfil para este atendimento (SINASE, 2006). A equipe de LA do COMEC possui baixa rotatividade dos profissionais e muitos deles fizeram estágio na própria Instituição enquanto na graduação. Além disso, passam por processo seletivo realizado pela Instituição e são acolhidos pela equipe ao adentrarem, de modo a serem acompanhados pelos demais profissionais no início do trabalho, além de serem orientados quanto a leitura e cursos referente ao tema.

Um aspecto a ser focado, que é determinado pelo SINASE e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais é a necessidade de garantir as constantes capacitações profissionais e para responder a este critério, o COMEC disponibiliza que qualquer funcionário utilize 36 horas semestrais destinadas a cursos de capacitação profissional. Outro aspecto é o plano de carreira determinado no SINASE e presente na Instituição para estimular o profissional. Além disso, o SINASE propõe supervisão externa, coordenada por especialistas extra-institucionais, onde o profissional possa colocar suas dificuldades e conflitos pessoais relacionados ao trabalho e a prática profissional. Até 2009 o COMEC possuía um profissional de psicologia que acompanhava este espaço. Com seu falecimento, a Instituição ainda está em busca de outro profissional que retome este espaço. A ausência deste espaço mostra que os conflitos institucionais e entre profissionais apresentam mais dificuldade de tomar um caminho favorável ao trabalho desenvolvido.

Em relação aos profissionais que trabalham na equipe do Programa de LA, percebemos qualificação e constante busca para isso. Há um grande interesse por parte dos técnicos na realização de um trabalho de qualidade e respeito de um como o outro, mesmo percebendo constantes opiniões divergentes. Verifica-se que a Instituição está de acordo com os propósitos no SINASE e Tipificação para o quesito profissional, socioeducador.

Reportando-nos a avaliação dos grupos, atividades e atendimentos realizados no Espaço Meninas, esta ocorre semestralmente, onde a equipe discute pontos positivos e negativos sobre as ações executadas e reflete sobre mudanças necessárias, urgentes e benéficas aos espaços planejados e construídos no Plano de Ação. A construção de um projeto pedagógico que organize as ações do atendimento é determinada pelo SINASE, o que é realizado no COMEC no planejamento anual, onde as ações são avaliadas e ou reavaliadas. Contudo, algumas alterações se fazem necessárias durante a aplicação imediata deste projeto, que se torna flexível para quando a equipe avalia que é necessário. O projeto pedagógico é enviado à FEAC no fim de cada ano e é organizado pelo coordenador da equipe técnica, que elabora com o auxílio de todos os integrantes da equipe.

A avaliação quantitativa é realizado a partir do preenchimento de um banco de dados institucional com informações relacionadas a identificação da adolescente, alguns dados sobre esta, como o uso de substâncias psicoativas, se possui filhos, sua situação educacional, trabalhista, uso de serviços da rede social, região em que reside, situação familiar, informações sobre o ato infracional, sua medida socioeducativa e reincidência, participações no COMEC e um campo aberto para observações que o profissional preenche sobre fatos e

considerações relevantes. A equipe vem discutindo sobre a complementação deste banco de dados incluindo dados de avaliação subjetiva do profissional que atende a adolescente. Esses dados são organizados por um profissional em técnico em informática e pela coordenadora do Programa, que organizam também relatórios de avaliação trimestral, construído por toda a equipe e enviado a FEAC.

A avaliação realizada para o Espaço Meninas mostra estar de acordo com o proposto pelos indicadores do SINASE e apresenta-se eficaz ao trabalho realizado. A Tipificação não enfoca a avaliação, porém apresenta o impacto social esperado, sendo contribuir para o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, reduzir a reincidência da prática do ato infracional e o ciclo de violência. O Espaço Meninas possui em seus pressupostos de trabalho este impacto, porém não realiza uma avaliação quantitativa destes tópicos e verifica-se a necessidade de pensar em como avaliar estes quesitos.

3.2.3 A rede social

Dentre os encaminhamentos à rede social de atendimentos são realizados encaminhamentos aos Centros de Saúde para receberem atendimento na saúde quando necessário; aos serviços de atendimento ao tratamento de dependência química, aos CRAS – Centro de Referência em Assistência Social, e CREAS – Centro de Referência Especializada em Assistência Social, para realizarem atendimento psicossocial às famílias e encaminharem aos benefícios governamentais. Este trabalho executado pelo COMEC percebe a urgência dos encaminhamentos. Alguns direitos são discutidos nos atendimentos com os adolescentes e familiares, na tentativa de fazer valer o reconhecimento de seus direitos, pensando-se ser o primeiro passo para buscarem fazer acontecer.

Verifica-se grande dificuldade na inserção das adolescentes em alguns espaços da rede social, ou pelo município não oferecer serviço, como o tratamento de internação para dependência química, ou por dificuldade no acolhimento destes serviços, como os Centros de Saúde que apresentam filas de espera para conseguir atendimento, o que acarreta na desmotivação das mesmas.

No que se refere a educação, em que muitas adolescentes apresentam dificuldades de inserção ou de frequência deste espaço, o SINASE determina que sejam estabelecidas parcerias com Órgãos executivos do Sistema de Ensino. Contudo, o COMEC tem tido muitas dificuldades, conforme apontado no capítulo 1, para inserir os adolescentes e as adolescentes

na escola, por falta de vagas, dificuldades de lidarem com as demandas trazidas por eles, dentre outros. Ainda há grande preconceito com a inserção de adolescentes autores de ato infracional no universo escolar.

Faz parte dos atendimentos no Programa realizar contatos constantes aos serviços que atendem as adolescentes, com o intuito de ampliar a qualidade dos serviços realizados pelo município, além da união de profissionais que atendem uma adolescente em comum, enriquecendo olhares sobre a situação. Contudo, há desafios com algumas instituições que não concordam com este olhar, preferindo realizar um trabalho individual e não retornam os contatos, ou apresentam alta demanda de serviço e o atendimento se afasta do cuidado subjetivo, como no caso de alguns Centros de Saúde de Campinas.

O SINASE e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais determinam o trabalho conjunto a outros serviços da rede social, diante da incompletude de cada serviço. O COMEC compreende esta determinação e a aplica, mostrando-se acessível para receber os outros serviços, realizar reuniões, dividir situações referentes às adolescentes, dentre outras ações. Os desafios encontrados referem-se a diferenças nas visões relacionadas ao trabalho dos outros serviços que trazem, em alguns momentos, dificuldades na operacionalização do atendimento. O município de Campinas apresenta em sua rede social um número elevado de instituições que atendem as adolescentes e suas demandas, apesar de algumas ausências, conforme apontado acima.

3.3 Aspectos estruturais básicos do atendimento

Para este quesito, o SINASE e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais apontam determinações quanto a espaços específicos ou individualizados para a execução da medida socioeducativa de LA, no que se refere a privacidade nas salas de atendimentos individuais e grupais, espaços coletivos para convivência, sala de técnicos para a execução de ações administrativas e condições que facilitem o acompanhamento dos adolescentes e seus familiares. A acessibilidade em todos os ambientes, orientando-se nas normas ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, é apontado pela Tipificação.

O SINASE indica quatro itens a serem considerados nos aspectos físicos das instituições que atuam com a LA: condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança; espaço para atendimento técnico individual e em grupo; e salão para atividades coletivas e/ou espaço para estudo; espaço para setor administrativo e/ou técnico.

Todos os espaços utilizados pelas adolescentes no COMEC dependem do processo de atendimento que é construído no decorrer do cumprimento de sua medida de LA, e varia de acordo com o que as adolescentes, os grupos que participam, e/ou os técnicos se propõem a realizar. Verifica-se espaços para recepção, acolhimento, atendimentos individuais, espaço para socialização fora dos atendimentos, espaço para lanche, salas para atendimentos grupais, banheiros, diferenciados à clientela masculina e feminina. Os espaços descritos compreendem o determinado por ambos os documentos (SINASE e Tipificação) no que se refere a existência deles.

O espaço da recepção conta com uma profissional para receber as adolescentes e fazer o contato com o técnico responsável. Há uma mesa em que a recepcionista se posiciona atrás e de frente para quem entra na sala. Neste espaço há sofás, revistas e jornais para o público à espera. Há ainda um canto com brinquedos para crianças que venham acompanhando as adolescentes. Existe um outro espaço, próximo a recepção, que contém revistas e uma mesa de pebolim. As adolescentes costumam se encontrar nestes espaços para aguardar atendimento, conversarem nos intervalos de grupos, além das atividades de interação que envolve um número maior de adolescentes, como as confraternizações.

No espaço para lanches há uma mesa e cadeiras, uma pia com bucha e detergente, copos, lixeira e bebedouro. Além de ser destinado ao lanche das adolescentes e familiares, também é um espaço para interação dos usuários do serviço. Neste espaço contamos com regras para higienização dos copos após utilizados. Percebe-se maior aderência a esta regra pelas adolescentes que pelos adolescentes. Contudo, nem todas as adolescentes aderem a regra, apesar de os técnicos convidarem-nas a participar, orientando e explicando a importância de manter o espaço organizado, para que eles também se beneficiem. Assim, é relevante considerar que este espaço também precisa ser repensado em relação a outra forma de organização para melhor conscientizar as adolescentes sobre a importância da aderência as regras.

Os banheiros ficam entre a garagem e o espaço para lanches. No banheiro feminino há um trocador destinado aos bebês filhos, irmãos ou acompanhantes das adolescentes. Este trocador corresponde ao determinado nas normas ABNT, porém não segue sua regulamentação de altura e posicionamento. Para a entrada nos banheiros há degraus e, as portas, pias e vaso sanitário possuem tamanho padrão, além de não haver barras de apoio, o que não respeita as adaptações indicadas ao uso de cadeirantes e idosos. De acordo com a

Tipificação, conforme apontado anteriormente, a acessibilidade deve estar garantida em todos os ambientes, seguindo as normas ABNT.

Atualmente a instituição possui duas salas para triagem ou atendimentos individuais que não são acolhedoras, pois não possuem janelas, são separadas por divisórias que não abafam o som, sendo possível ouvir a conversa do atendimento da sala ao lado, as paredes estão mofadas, há pouca circulação de ar, o que faz a temperatura elevar-se e não haver possibilidade de ficar por muito tempo nos dias de temperatura mais elevadas. Uma delas possui um ventilador antigo e em condições precárias, pois emite um som alto, atrapalhando o atendimento, além de não ser indicado na presença de crianças pequenas, que pode se machucar ao tocá-lo. Estas salas não estão de acordo com o proposto pelo SINASE quanto às condições adequadas de circulação e iluminação. As mesmas já estão em reforma, e iniciaram este ano por ter sido aguardado verba de uma empresa particular da cidade de Campinas. Ao lado delas há a “sala de almofadas”, que possui carpete e almofadas espalhadas ao chão. Esta sala já foi muito utilizada para grupos reflexivos, porém sua situação atual, com aspecto mofado, acaba sendo pouco utilizada, por isto, está sendo reformada.

As salas para atendimentos grupais foram planejadas e estão adequadas a sua finalidade. Uma delas é denominada sala de atividades por possuir grande quantidade de materiais para a realização de diversas atividades artísticas e artesanais, como pintura em madeira, bijuteria, decoupage, grafite, mosaico, bisquit, máscaras, papel marchê, vela em gel, confecção de pipas, caixas de papel micro-ondulado, killing, dentre outras. Esta é a sala mais utilizada pelos profissionais de terapia ocupacional, mas também por outros profissionais da equipe de atendimento. Esta sala também precisa de reforma, pois a pia não funciona, sendo esta essencial a realização de diversas atividades. Algumas atividades vão além dos limites desta sala e utilizam o espaço externo, em frente a sala, como na atividade de grafite diante do cheiro forte dos *sprays*.

Outra sala é a adaptada para atividades de culinária, e há uma, recém adaptada, para as atividades de costura, que tem sido uma demanda dos grupos de responsáveis e também das adolescentes. As salas são pensadas de acordo com as necessidades de atendimento, buscando-se o melhor aproveitamento dos espaços da instituição. Há ainda a sala chamada pelos técnicos por “sala da rádio”, pois possui equipamentos que possibilitam a realização de rádio, com transmissão no espaço de interação e lanche. Esse material foi adquirido com um projeto desenvolvido com a parceria da Fundação Telefônica em 2005. Também é utilizado para a realização de atividades que utilizem o computador e internet, ou ainda para atividades

que utilizem vídeos, pois há uma televisão e DVD, com almofadas ao chão. Contudo, trata-se de uma sala pequena que restringe a participação de alguns grupos.

Para eventos que envolvam maior número de pessoas é utilizada a sala oito, nos fundos, próxima ao espaço de lanche, onde possui um telão e recursos para ligar um *data show* a um computador, e cadeiras. Este espaço é utilizado para reuniões dos trabalhadores do COMEC, grupos de responsáveis dos adolescentes, grupos grandes de adolescentes, grupos de cinema e eventos.

A sala do Espaço Informação para a Cidadania é oferecida a todos os adolescentes, em grupos mistos e também para alguns familiares (adolescentes primos, irmãos e namorados (as) dos adolescentes em cumprimento de medida na Instituição). Uma professora de informática desenvolve atividades educativas com os grupos. Atualmente a sala possui dez computadores. Este espaço corresponde ao indicado pelo SINASE quando se refere a um espaço para estudo e atividades coletivas.

Para os técnicos e os trabalhadores administrativos, quando estes estão desenvolvendo suas atividades administrativas e burocráticas, ou ainda atividades indiretas relacionadas ao atendimento das adolescentes, como o contato escolar para a inclusão escolar das mesmas, há uma casa ao lado da casa um, onde há sala de coordenação geral, sala da equipe de LA, sala para o técnico em informática, sala da secretaria, sala administrativa, sala do profissional de recursos humanos, cozinha e espaço para refeitório dos funcionários. O SINASE e a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais apontam para a presença de espaço para setor administrativo e técnico, não definindo, contudo, como deve ser ou a metragem. A sala da equipe técnica é pequena para os nove profissionais e os recursos materiais disponíveis precisam ser divididos, mostrando-se pouco para o trabalho desenvolvido, como os computadores e os telefones. O tamanho da sala inviabiliza, muitas vezes, a concentração para a execução de tarefas burocráticas referentes aos atendimentos.

Com essas descrições verificamos que o COMEC não possui acessibilidade a todos. Caso tenha um cadeirante, por exemplo, este encontrará barreiras arquitetônicas em muitos ambientes das casas. Isso não corresponde ao que é determinado pela Tipificação, que exige acessibilidade em todos os ambientes, de acordo com as normas ABNT. O SINASE aponta que as estruturas físicas devam facilitar o acompanhamento dos adolescentes de seus familiares, sendo assim, as barreiras arquitetônicas fazem o contrário.

Além disso, percebe-se que alguns espaços estão precisando ser readaptados, reparados ou reorganizados, ou ainda reformas de maior porte. No entanto, a Instituição

depende de recursos financeiros de doação ou ganho de projetos, e por isso, algumas mudanças permanecem por muito tempo e os profissionais tentam se adaptar com o que é possível oferecer, resultando na impossibilidade de realizar algumas ações socioeducativas conforme planejado e desejado pelos técnicos e adolescentes.

Reconhecendo que os espaços de atendimento devem ir ao encontro do projeto pedagógico da Instituição para garantir o desenvolvimento pessoal e social das adolescentes, pois interfere no modo como circulam pelo ambiente e respondem a ele (SINASE, 2006), verifica-se a relevância da infra-estrutura adequada aos atendimentos realizados às adolescentes em conflito com a lei, tanto no que se refere a efetivação de seus direitos legislativos, quanto a busca de qualidade no serviço oferecido e melhores resultados nos trabalhos executados.

Uma preocupação relevante de toda a equipe são as doações de materiais que podem ser úteis em um período, porém não a outros, tornando-se entulhos na Instituição, o que acaba acontecendo em alguns momentos. Assim, percebe-se que os profissionais precisam estar em sintonia com os espaços e materiais utilizados na instituição, verificando as ações necessárias para a manutenção e executando-as ou encaminhando para execução. Em muitos momentos, são realizados cobrança por parte das coordenações para que os profissionais assim o façam. Contudo, percebe também dificuldade nesta execução, o que nos leva a refletir sobre o desejo *versus* a possibilidade de realização, diante da grande demanda de trabalho acarretada pelos trabalhadores da Instituição, e do envolvimento destes nas ações que cabem a si.

Portanto, de acordo com os quatro itens apontados pelo SINASE referentes a estrutura física de atendimento, o COMEC apresenta a existência deles, porém precisa rever o item condições adequadas de higiene, limpeza, circulação, iluminação e segurança. Embasado na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o COMEC precisa rever a questão da acessibilidade.

Abordando os aspectos de recursos materiais e pedagógicos para a realização dos atendimentos, a Instituição mostra-se parceira nas propostas da equipe e costuma ouvir os pedidos e adquiri-los, quando envolve baixo valor financeiro. Para esta aquisição, a equipe aponta as atividades e ações que deseja executar nos atendimentos com as adolescentes no projeto pedagógico, ou Plano de Ação, e lista os recursos necessários. Quando os projetos envolvem alto valor são mais discutidos e já ocorreu de projetos serem vetados com a justificativa de falta de verbas. Os projetos que envolvem maiores valores para os recursos

materiais e pedagógicos, costumam ser encaminhados a organizações financiadoras, ou empresas para o sucesso de sua execução.

A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais indica alguns recursos materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, como imobiliário, computadores, linha telefônica, mas não informa a quantidade. Apesar de a Instituição possuir tais materiais, conforme já apontado acima, mostra-se pouco para a quantidade de adolescentes atendidos na Instituição e técnicos contratados para este serviço. Indica, ainda, materiais socioeducativos, caracterizando-os como pedagógicos, culturais e esportivos, que estão presentes no COMEC conforme apontado no parágrafo acima.

Há ainda o referenciamento a utilização de Banco de Dados de usuários, de serviços socioassistenciais, Cadastro Único dos Programas Sociais e Cadastro de Beneficiários do BPC (Benefício de Prestação Continuada). No COMEC há um banco de dados próprio da Instituição, que foi desenvolvido para a finalidade de conter dados relevantes dos usuários que passam pela Instituição e que é fonte de informações para a prestação de contas com a FEAC e a entidade coordenadora da LA em Campinas: o CREAS. Além deste, as famílias são registradas no Cadastro Pró-Social, do Estado de São Paulo, para o encaminhamento das adolescentes e famílias a programas de recebimento de benefícios.

Em relação aos recursos materiais e pedagógicos, verificamos que a Instituição respeita e se mobiliza para a aquisição destes, apesar de enfrentar limitações no que se refere às condições financeiras para isso. Há uma pessoa da diretoria da Instituição (voluntário) responsável pela aquisição de verbas para o desenvolvimento das ações, incluindo a aquisição destes materiais, assim como os técnicos da equipe de LA também se mobilizam para a execução de projetos a serem destinados as empresas e os demais funcionários estarem atentos às doações. Ainda assim, essas ações mostram-se, algumas vezes, insuficientes, o que se percebe a necessidade de um setor com mais profissionais na Instituição que possa executar projetos e eventos para requisição de verbas.

4. CONSIDERAÇÕES

A realização deste trabalho proporcionou verificar as situações acerca das ações desenvolvidas com as adolescentes em Medida de Liberdade Assistida no Espaço Meninas - COMEC – Campinas. O trabalho buscou analisar os aspectos institucionais (missão, seus objetivos e sua dinâmica, a infra-estrutura, os espaços físicos, os recursos materiais. Deteve-se nos objetivos, na metodologia e nos processos do trabalho com as adolescentes, considerando-se outros aspectos relevantes quanto a rede social e as políticas voltadas a esse segmento social.

O Espaço Meninas mostra estar respondendo ao proposto pelo SINASE e Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais quanto às determinações para gênero e a consideração das diferentes demandas trazidas pelas adolescentes, contribuindo para o empoderamento e autonomia das adolescentes no desenvolvimento de sua cidadania, na medida em que atua considerando a subjetividade de cada adolescente. Entretanto, perceberam-se algumas necessidades de melhoria do serviço.

Verificando os objetivos do trabalho no Espaço Meninas, foi possível constatar a necessidade de ampliar o campo de inserção das adolescentes em cursos profissionalizantes e de preparação para o mercado de trabalho, pois diante das necessidades das adolescentes atendidas no Espaço Meninas, percebe-se a ausência de locais que consigam abranger tais necessidades, para que seja possível sua participação. Acredita-se ser necessário aumentar as verbas destinadas à profissionalização das adolescentes na medida socioeducativa e no município de Campinas, para que se possam organizar locais e/ou situações que favoreçam estas inserções, reduzindo as exigências às adolescentes e verificando suas necessidades e oferecendo de fato oportunidades para esta inserção.

Nos objetivos do Plano de Ação do Espaço Meninas, ainda, verificou-se a importância de se esclarecer melhor sobre a inserção das adolescentes em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas setoriais e sobre os contratos estabelecidos com as adolescentes durante o cumprimento da medida socioeducativa, trabalhos estes que, conforme descrito anteriormente, são realizados no serviço, porém não estão presentes no relatório de Plano de Ação, ou projeto pedagógico. Estes dois tópicos estão presentes no determinado pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e por isso, acredita-se que com a inserção deles não Plano de Ação, o trabalho que já é executado, será mais detalhado e possa ser mais valorizado.

Com relação aos processos e metodologia do trabalho, verificou-se a necessidade de ampliar as ações que se refere ao envolvimento da comunidade, tanto como parceira como usufruindo do trabalho desenvolvido. Além disso, acredita-se na necessidade de ampliar os atendimentos extra-institucionais como forma de aumentar os recursos que estimulem o empoderamento das adolescentes e na possibilidade de atendimentos no território das mesmas, através do desenvolvimento de projetos pela Instituição, que poderiam envolver mais sua comunidade e ampliar as ações socioeducativas.

Outro destaque se dá na reflexão do modo como o trabalho de prevenção da gravidez é desenvolvido, percebendo-se a necessidade de novos caminhos de desenvolvimento deste trabalho, com o intuito de melhor abranger esta demanda e reduzir os índices de adolescentes gestantes ou pais precoces. Acredita-se que a capacitação profissional neste área possa contribuir para o desenvolvimento de trabalhos diferenciados com as adolescentes, que possam, então, tentar abranger melhor o trabalho na redução dos índices de gravidez na adolescência. Além disso, os serviços educacionais e de saúde do município de Campinas mostram precisar se integrar melhor na realização dos trabalhos voltados a redução da gestação precoce.

Também referente a metodologia do trabalho da Instituição, os atendimentos aos adolescente e familiares, apesar de estarem de acordo com o proposto pelo SINASE e pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, acredita-se ser necessário a ampliação destes espaços, principalmente no que se refere a realização das entrevistas domiciliares. Para isso, verifica-se a necessidade de captação de recursos para a contratação de novo motorista e a compra de um novo veículo automobilístico.

Nas avaliações do Espaço Meninas, percebe-se a necessidade de se repensar o modo de avaliação em relação ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, para que com dados mais precisos, possa se ter clareza da real situação referente ao trabalho desenvolvido na medida de Liberdade Assistida e, a partir daí, seja possível conhecer o que esta medida interfere e provoca nas relações familiares e comunitárias. Na avaliação dos índices de reincidência, a Instituição não consegue realizar estudos na faixa etária após os 18 anos, por não haver comunicação entre Vara da Infância e Juventude e Varas criminais adultas. E em relação a avaliação da redução dos ciclos de violência, acredita-se ser relevante refletir em como a Instituição pode realizar esta mensuração. Os três aspectos relacionados para a avaliação acima, se referem ao que é proposto pela Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais como tópicos esperados no trabalho desenvolvido pelas medidas

socioeducativas em meio aberto e, por isso, mostram-se essenciais seu conhecimento para a eficácia no trabalho desenvolvido.

Em relação à rede social do município de Campinas e a interação no trabalho da Instituição verifica-se a carência de serviços de atendimento a população feminina de adolescentes e o quanto isso prejudica a realização da medida socioeducativa. A ausência do serviço de internação feminina para dependência química, as dificuldades no agendamento de atendimento médico nos Centros de Saúde, e as dificuldades na inserção escolar, são os mais marcantes. Cabe às pessoas relacionadas ao trabalho social de Campinas se organizarem para mobilizarem a melhora nos serviços já existentes e a criação de serviços que atendam a demanda não atendida.

As estruturas físicas Institucionais apresentaram necessidade de melhorias, adaptações e readequações, o que se percebe ser uma preocupação dos funcionários e coordenações. Contudo, sabe-se que por ser uma organização não governamental, algumas providências precisam ser buscadas e são essenciais, como a captação de recursos. Para isso, a reorganização para o aumento na captação de recursos, mostra-se essencial para a melhora das condições estruturais da Instituição. Além disso, verifica-se a necessidade de reuniões para discutir a questão de adequação das condições de higiene de alguns espaços.

Os documentos utilizados para analisar as ações do trabalho mostram algumas semelhanças, contudo o SINASE aponta determinações mais descritivas e detalhadas, o que contribui para a melhor compreensão e execução delas. As ações executadas pelo Programa de LA vão além do estabelecido no ECA, já que este não se coloca em relação as diferenças de gênero, como no SINASE e na Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Vale repensar o ECA neste aspecto.

Com este trabalho podemos observar que os caminhos para atendimento as adolescente em medida de liberdade assistida podem e devem ser construídos com seriedade, planejamento, organização, reflexão, escuta, observações, avaliações e reavaliações. As situações podem muitas vezes parecer as mesmas, porém não são e requisitam a busca constante dos significados que trazem para as adolescentes, suas famílias e comunidades, para o trabalho, para a instituição, para os profissionais.

Assim, percebe-se que cada instante de interação com as adolescentes e familiares deve ser essencialmente cuidado, e por isso, tantas determinações e proposições devem ser pensadas e refletidas no processo de atendimento a esta demanda.

De gesto em gesto, de abertura em abertura, de palavra em palavra, a cada ato de enunciação, guiado pelo acontecimento do diálogo e não por qualquer metodologia voltada para determinados fins, vai sendo disparada uma atividade reflexiva capaz de reverter a força implicativa entre diferentes níveis de significado. Assim, vão surgindo novas possibilidades para cada adolescente (Vianna, 2008 pág. 45).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERASTURY, Arminda. KNOBEL, Maurício. **Adolescência normal: um enfoque psicanalítico**. 2ª.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. 92p.

ABERASTURY, Arminda. **Adolescência**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1986. 246p.

ABRAMO, Helena Wendel. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008. 448p.

ABRAMOVAY, Mirian, et al. (orgs.). **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, 2002.

ASSIS, Simone Gonçalves de. **Traçando caminhos em uma sociedade violenta: a vida de jovens infratores e de seus irmãos e de seus primos não infratores**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. 235p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em 13/01/2010.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília/DF: CONANDA, 2006.

a. COSTA, Antônio Carlos Gomes da. **As bases éticas da ação sócioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, junho, 2006.

b. _____. **Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente – perspectivas e desafios**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, abril, 2006.

c. _____. **Parâmetros para a formação do sócio-educador: uma proposta inicial para reflexão e debate**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, junho, 2006.

d. _____. **Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Subsecretaria dos Direitos da Criança e do Adolescente, abril, 2006.

e. _____ . **Natureza e essência da ação socioeducativa.** In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (orgs.). *Justiça, adolescência e ato infracional: socioeducação e responsabilização.* São Paulo: ILANUD, 2006. pág.449-465.

ERIKSON, E. H. **Identidade, Juventude e Crise.** Rio de Janeiro: Zahar editores, 1976.

FARAH, Maria Cecília. **Adolescência e Drogas.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

FERREIRA, A. B. H. **Minidicionário da língua portuguesa.** 3ª.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; 1993.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel. **Execução das medidas socioeducativas em meio aberto: prestação de serviço à comunidade e liberdade assistida.** In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (orgs.). *Justiça, adolescência e ato infracional: socioeducação e responsabilização.* São Paulo: ILANUD, 2006. pág. 397-426.

ILANUD. **Boas práticas em medidas socioeducativas.** Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinqüente, 2008. Disponível em: <<http://www.promenino.org.br/Ferramentas/Conteudo/tabid/77/ ConteudoId/eb4d70b4-29e6-49b7-91c1-23bf66221678/Default.aspx>>. Acesso em 31 jan 2010.

LAVINAS, Lena. **Gênero, cidadania e adolescência.** In: MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

LEVISKY, David Léo. **Adolescência: reflexões psicanalíticas.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1995. 254p.

_____. **Adolescência: pelos caminhos da violência: a psicanálise da prática social.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998. 188p.

MADEIRA, Felícia Reicher (Org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997. MARCELLI, D. BRACONNIER, A. **Psicopatologia do adolescente.** Porto Alegre: Artes Médicas; 1989. 432p.

OLIVEIRA, Carmem S. **Por que precisamos de uma política socioeducativa?** Sub-Secretaria de Promoção dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos/Gabinete da Presidência. Jul. 2006. Disponível em: www.mj.go.br/sedh/ct/spdca%20socioeducativo/sinase%20eca.doc. Acesso em: 10 mar 2010.

OSÓRIO, Luis Carlos. **O que é a adolescência, afinal?** In: OSÓRIO, L. C. *Adolescentes hoje.* Porto Alegre: Artes Médicas, 1992. P.10-33.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Ato infracional e a natureza do sistema de responsabilização.** In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (orgs.). *Justiça, adolescência e ato infracional: socioeducação e responsabilização.* São Paulo: ILANUD, 2006. pág. 25-48.

PAPALIA, D.E. SALLY, W.O. **Desenvolvimento Humano**. 7ª.ed. Porto Alegre: Artmed; 2000. p.307-366.

PEREIRA, I. **Programas de socioeducação aos adolescentes em conflito com a lei**. Caderno de ação e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Maringá/PR,n.3, dezembro de 2004.

SANÉ, Pierre. **Pobreza, a próxima fronteira na luta pelos direitos humanos**. In: Pobreza e desigualdades no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

SANTOS F. H. **Uma proposta de intervenção na comunidade**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

SOUZA, Rosimeire de. LIRA, Vilnia Batista de. **Caminhos para a municipalização do atendimento socioeducativo em meio aberto: liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade** Disponível em:
http://www.ibam.org.br/publique/media/atendimento_socioeducativo.pdf Acesso em: 23 mar 2010.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. **As histórias de Ana e Ivan: boas experiências em liberdade assistida**. São Paulo: Fundação Abrink, 2003.

TEIXEIRA, Maria de Lourdes Trassi. Evitar o desperdício de vidas. In: ILANUD, ABMP, SEDH, UNFPA (orgs.). **Justiça, adolescência e ato infracional: socioeducação e responsabilização**. São Paulo: ILANUD, 2006. pág. 427-448.

TOREZAN, Sônia Aparecida Bortolotto. **Ser jovem em meio a violência: identidade x singularidade no confronto com a lei**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

VIANNA, Regina Maria Morawska. **Contando histórias, reconstruindo significados e transformando vidas: um olhar para a liberdade assistida**. Trabalho de conclusão de curso do Instituto de Terapia e Família e Comunidade de Campinas. Campinas, 2008.

ZAMORA, Maria Helena. **Para além das grades**. Loyola, 2004.

ZIMERMAN, David E. **Como agem os grupos terapêuticos?** In: Zimerman, DE. Osório, LC et al. Como trabalhamos com grupos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.